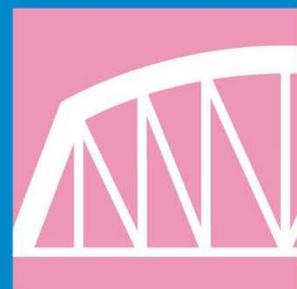




GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Análise Situacional dos Indicadores e Estratégias

ES2030



RELATÓRIO

Agosto de 2023

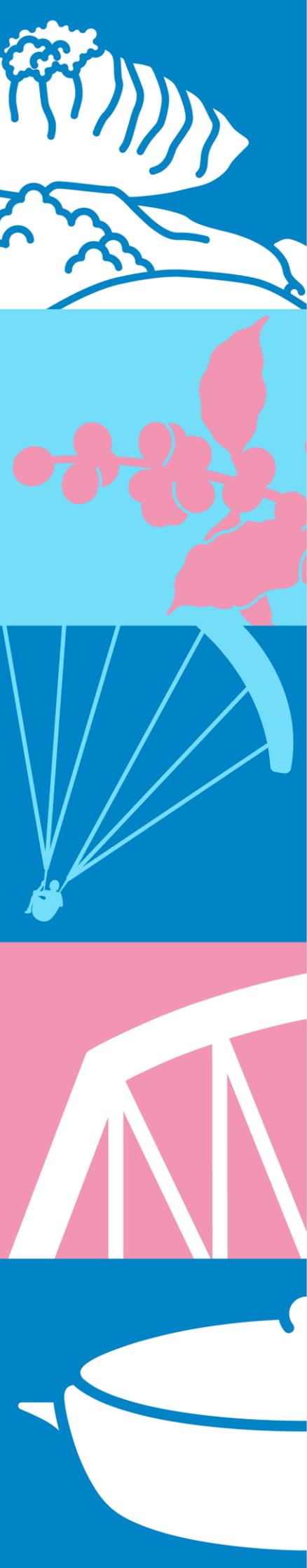


Instituto Jones
dos Santos Neves



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia
e Planejamento





ES500 anos

PLANO DE DESENVOLVIMENTO

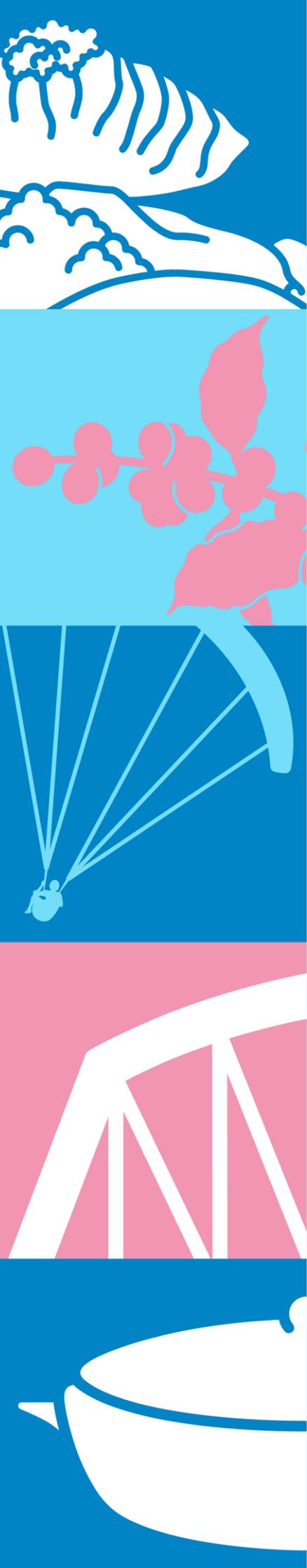
Instituto Jones dos Santos Neves

Análise Situacional dos Indicadores e Estratégia
ES 2030.

Vitória, ES, 2023. 74p.; il. tab. (Relatório).

1. ES2030. 2. Análise Situacional – ES2030. 3. Indicadores e Estratégias – ES2030. 4. Espírito Santo (Estado).
I. Equipe IJSN. II. Freire, Luana Cruz (Sesa). III. Título.

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretária de Estado de Economia e Planejamento do governo do Estado do Espírito Santo.



ES500 *anos*

PLANO DE DESENVOLVIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Ricardo Ferraço

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente

Pablo Silva Lira

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Pablo Medeiros Jabor

Diretoria de Integração e Projetos Especiais

Antonio Ricardo Freislebem da Rocha

Diretoria de Gestão Administrativa

Katia Cesconeto de Paula

Coordenação Geral

Antonio Ricardo Freislebem da Rocha

Katia Cesconeto de Paula

Pablo Silva Lira

Pablo Medeiros Jabor

Elaboração

Equipe IJSN

Luana Cruz Freire (SESA)

Bibliotecária

Rosana Mariano Chagas



Sumário

1. Apresentação: 500 Anos de Trabalho e Confia	5
2. Análise das Perspectivas Estratégicas	6
2. 1 Bases Sociais	6
2.1.1 Capital Social e Qualidade das Instituições	6
2.1.2 Saúde	9
2.1.3 Educação.....	15
2.1.4 Segurança Cidadã	26
2.1.5 Pobreza e Extrema Pobreza.....	29
2. 2 Propulsores de Progresso	35
2. 2.1 Energia, Petróleo e Gás	35
2.2.2 Ciência, Tecnologia e Inovação.....	41
2.2.3 Infraestrutura, Logística e Comunicação.....	44
2. 3 Oportunidades de negócios, trabalho e renda.....	51
2. 3.1 Integração.....	51
2.3.2 Economia Verde.....	55
2.3.3 Inserção Competitiva.....	65
2.3.4 Rede de Desenvolvimento Regional.....	67
Considerações finais	72
Referências	73

1. Apresentação: 500 Anos de Trabalho e Confia

Em 23 de maio de 1535, Vasco Coutinho desembarcou no atual território da Prainha em Vila Velha. A atmosfera vivida da oitava de Pentecostes influenciou o donatário a batizar a terra colonizada de Espírito Santo, em alusão à terceira entidade da Santíssima Trindade.

Ali foi estabelecido o primeiro povoamento. A história desse pequeno, porém aguerrido estado e sua gente valente e perseverante começou a ser escrita. Não é por acaso que “temos fé, temos crença a faltar”, conforme consta nos versos do hino espírito-santense.

Ao longo dessa história e dos três grandes ciclos econômicos capixabas, a saber, cafeicultura (1850 a 1960), industrialização (1960 a 2000) e expansão industrial (2000 aos dias atuais), o povo, “herdeiro de um passado glorioso”, contribuiu para que o estado se transmutasse de uma unidade da federação rural e agrícola para um território predominantemente urbano e socioeconomicamente dinâmico.

Na “falange do presente” o ES se destaca como um estado luz no Brasil, evidenciando os melhores resultados em diversas áreas de políticas públicas e dimensões de desenvolvimento social, econômico e ambiental.

Nessa conjuntura, atores estratégicos estão debruçados para delinear os caminhos de um “futuro esperançoso” na idealização de um plano que projeta para 2035, os objetivos e metas para o impulsionamento de um estado que seja mais justo, sustentável, desenvolvido regionalmente, inovador e competitivo.

Com esses contornos fortes e peculiares surge a concepção do Plano **ES 500 anos**.

Como parte inicial de tal empreitada este documento apresenta uma análise situacional do plano de Estado anterior, o ES 2030. Elaborado pelas equipes técnicas do IJSN, contou com a contribuição técnica da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA) na análise dos indicadores de saúde e com a Coordenação Técnica do Plano **ES 500 anos**. Para tanto, as análises focaram nas três perspectivas estratégicas (Bases Sociais, Propulsores de Progresso e Oportunidades de negócios, trabalho e renda), que se

desdobram em 11 focos estratégicos e 35 metas. As análises dos focos estratégicos procuraram responder às seguintes questões:

- **Qual era o cenário à época?**
(o que se discutia naquele momento e que norteou a definição das metas e estratégias)
- **O quanto avançamos?**
- **Quais os fatores (eventos) limitadores ou impulsionadores?**
- **Quais os desafios futuros?**
(e que devem nortear as novas metas e estratégias do ES 2035)

2. Análise das Perspectivas Estratégicas

2. 1 Bases Sociais

2.1.1 Capital Social e Qualidade das Instituições

Qual era o cenário à época?

Durante a elaboração do ES 2030, no início da década de 2010, destacou-se a importância da capacidade de articulação das instituições capixabas com a sociedade na direção de objetivos comuns e coletivos. Para isso, o fortalecimento do capital social tendo como base a confiança nas instituições e a cooperação entre os segmentos da sociedade é fundamental. Nesse sentido, as instituições públicas devem zelar pela participação e transparência para exercer a sua liderança e protagonismo no processo de desenvolvimento.

O ES 2030 propôs articular instâncias regionais de governança, fortalecer a participação da população na definição das políticas públicas, fortalecer a imagem e identidade do Espírito Santo, tanto interna quanto externamente.

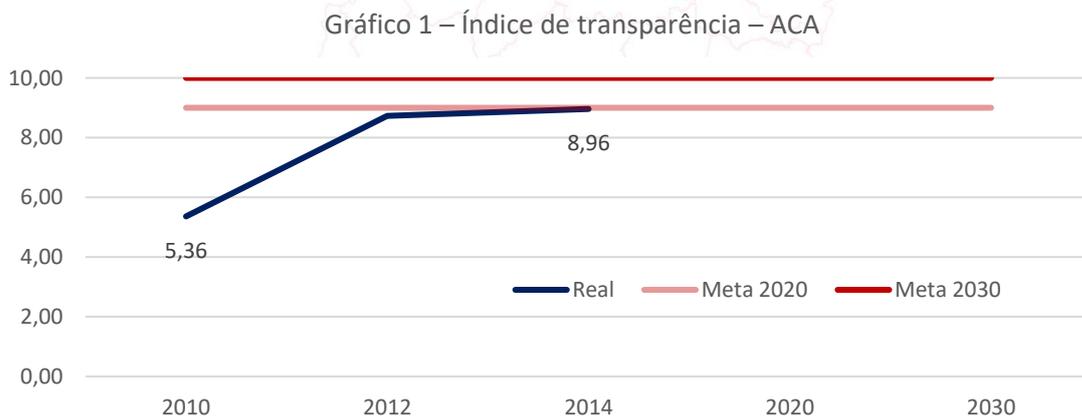
No período de elaboração do ES 2030, o Espírito Santo alcançou uma marca histórica e relevante na perspectiva do Capital Social e Qualidade das Instituições. Em 2012 o ES

ganhou destaque nacional ao receber a maior nota do indicador de capacidade de pagamento da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)¹, uma forte evidência do equilíbrio das contas públicas e qualidade da gestão fiscal e financeira do estado.

Desde 2012, o Espírito Santo é o único estado a manter a nota máxima no equilíbrio das contas públicas, condição essencial para ampliar o investimento em políticas públicas e dinamizar o desenvolvimento do estado. O ES é uma referência positiva que integra equilíbrio nas contas públicas, responsabilidade social e qualidade das instituições.

O quanto avançamos?

Desde o primeiro ano de publicação do Índice de Transparência da Associação Contas Abertas (ACA), o Espírito Santo tem se destacado. Em 2010 o estado aparecia em oitavo lugar no ranking, com índice de 5,36. Já em 2012, o estado passou para a segunda posição do ranking de transparência com o índice de 8,73. No último levantamento, elaborado em 2014, o índice de transparência do estado era de 8,96, próximo à meta estipulada pelo ES 2030 para o ano 2020. Entretanto, o índice de transparência da ACA não teve continuidade, o que evidencia a necessidade de utilizar outros indicadores e de redefinir as metas estabelecidas no ES 2030.



Fonte: Associação Contas Abertas (ACA).

O estado do Espírito Santo tem se destacado nos últimos anos em diversos rankings de transparência. No Índice de Transparência e Governança Pública, elaborado pela Ong

¹ A metodologia do cálculo do indicador de Capacidade de Pagamento (CAPAG) da STN considera três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez.

Transparência Internacional, o executivo estadual aparece em primeiro lugar em 2022 com 90,4 pontos, em uma escala de 0 a 100. Na Escala Brasil Transparente, adotada pela Controladoria Geral da União (CGU), o Espírito Santo alcançou o posto de estado mais transparente do Brasil ao receber nota máxima na avaliação de 2020.

Eventos importantes ocorridos no período

Em 2011 foi sancionada a Lei de Acesso à Informação, Lei Federal N° 12.527, que regula o acesso a informações previsto pela Constituição Federal. Um dos objetivos principais da lei é o de fomentar o desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.

No ano anterior, 2010, a Associação Contas Abertas criou o Índice de Transparência, que leva em consideração o conteúdo apresentado para a população, a usabilidade das informações, e a situação histórica e atual do Estado, estimulando o princípio da publicidade das contas públicas, tal como consta no Art. 37 da Constituição Federal.

As tensões sociais do período levaram a uma resposta das instituições de Estado no sentido de dotar de maior estrutura os órgãos de controle e transparência, tanto no âmbito da União quanto das Unidades da Federação.

Quais os desafios futuros?

Os dados apresentados refletem o esforço contínuo do estado ao longo das últimas décadas em busca da transparência e eficiência do gasto público. Recentemente, o estado, por meio da Secretaria de Controle e Transparência (Secont), tem apostado em ações de controle, integridade e transparência, com investimentos em tecnologia e a reformulação do Portal da Transparência, que teve um crescimento de 24,5% no número de acessos em 2022, na comparação com o ano anterior.

No âmbito do Desenvolvimento Regional Sustentável, a partir de 2019 o governo do estado criou instâncias de governança microrregional como forma de alinhar e integrar as políticas públicas e mobilizar a sociedade civil, tal como proposto pelo ES 2030. A consolidação da atuação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável

tende a fortalecer um desenvolvimento regionalmente mais equilibrado e aumentar a transparência dos programas e das ações do estado.

Considerações:

O índice de transparência da Associação Contas Abertas não teve continuidade, o que evidencia a necessidade de utilizar outros indicadores e de redefinir as metas estabelecidas no ES 2030.

Sugestão: utilizar o indicador Índice de Transparência e Governança Pública (ONG Transparência Internacional. <https://indice.transparenciainternacional.org.br/> ou o indicador da CGU. https://mbt.cgu.gov.br/publico/avaliacao/escala_brasil_transparente/66.

2.1.2 Saúde

Qual era o cenário à época?

Apesar de ser um clássico indicador finalístico da área da saúde, a taxa de mortalidade infantil é um marcador muito sensível, amplamente utilizado no mundo todo, para análises sobre desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida de uma país, região, estado ou município.

A Estratégia de Saúde da Família configura-se como principal modelo assistencial na expansão da Atenção Primária, pois preconiza atuação na lógica de adstrição territorial, com cadastramento familiar, acompanhamento longitudinal da família, vinculação com equipes de saúde de referência, visitas domiciliares, agendas programáticas de atendimentos de acordo com o perfil epidemiológico do território e outros processos de trabalho que visam um atendimento que supere o modelo curativista, médico-centrado, e que estabeleça uma assistência multiprofissional, tendo a vigilância em saúde, promoção da saúde e a prevenção de doenças como horizonte de atuação na produção do cuidado.

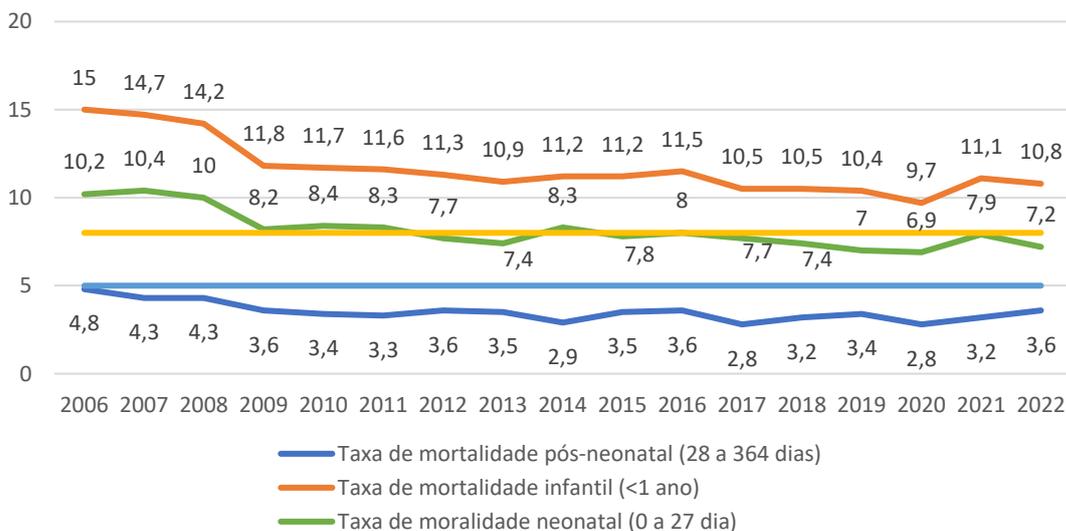
O indicador de esperança de vida ao nascer é um cálculo atuarial que expressa a longevidade estimada de uma população, e, assim como a taxa de mortalidade infantil, é um

marcador amplamente utilizado para análises sobre as condições e qualidade de vida de um determinado território, contribuindo para a avaliação dos níveis de vida e de saúde da população residente. A esperança de vida ao nascer é um cálculo estimativo realizado pelo IBGE e possibilita uma comparabilidade entre os estados brasileiros sobre as condições e qualidade de vida de uma determinada população.

O quanto avançamos?

O gráfico abaixo traz a série histórica da taxa de mortalidade infantil no ES segundo dados coletados nos sistemas de informação de mortalidade (SIM) e nascidos vivos (SINASC) da SESA. Alguns resultados apontados aqui podem divergir de outras fontes, como por exemplo IBGE. Essa possível variação se dá em função da data ou fonte de extração do dado. Para que se possa realizar uma análise mais detalhada sobre este indicador, é possível segmentar a taxa de mortalidade infantil de acordo com o nº de dias de vida que a criança evoluiu a óbito. Esta segmentação possibilita compreender melhor as principais causas do óbito infantil e sua evitabilidade, bem como quais as intervenções mais assertivas para que este problema seja enfrentado. Os dados da série histórica evidenciam que a mortalidade neonatal, ou seja, aquela que acontece até o 27º dia de vida da criança, tem a maior relevância na composição da taxa de mortalidade, conforme a seguir:

Gráfico 2 – Taxa de Mortalidade Infantil – ES (por mil nascidos vivos). Período 2006 - 2022.



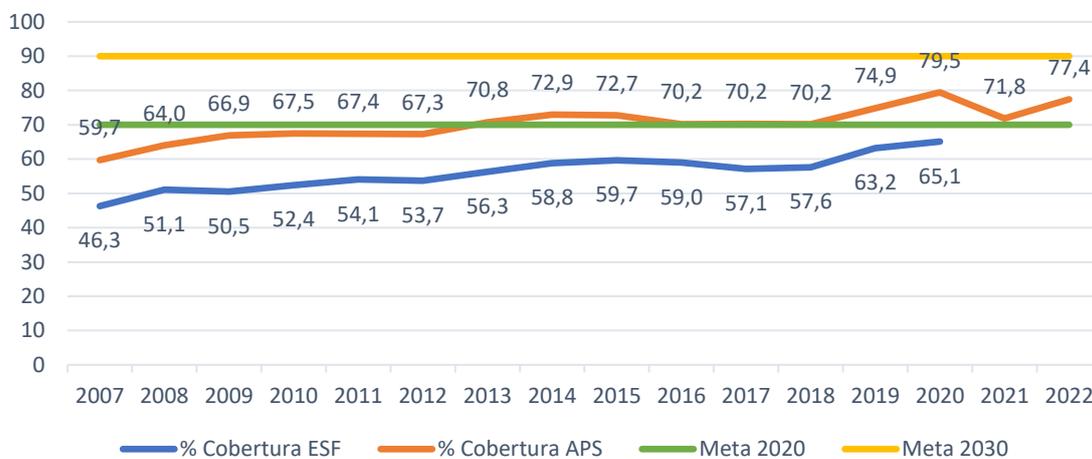
Fonte: SIM/SINASC/TABNET/SESA. Acesso em 20/07/2023.

Em 2022 o Espírito Santo registrou a menor mortalidade infantil (menores de um ano de vida) entre os estados brasileiros, com 10,8 mortes para cada 1.000 nascidos vivos.

Desde o ano de 2006 o estado do ES vem registrando queda nestas nas taxas de mortalidade infantil em função da expansão da cobertura da Atenção Primária e Estratégia de Saúde da Família com expansão do acesso ao pré-natal; expansão dos leitos neonatais, melhoria das condições socioeconômicas da população capixaba; implantação e implementação da Rede Materno-Infantil, antiga Rede Cegonha em 2011; qualificação da atenção e das práticas assistenciais ao pré-natal, parto e puerpério, melhoria das coberturas vacinais, etc.

Desde 2007, a série histórica aponta para uma crescente expansão da Atenção Primária à Saúde (APS) no modelo da Estratégia de Saúde da Família (ESF), sendo a ESF uma modalidade de APS. Em 2013, a época da elaboração do Plano ES 2023, o estado registrava uma cobertura razoável de APS e baixa cobertura de ESF. Mas se analisarmos toda a série histórica, é evidente uma crescente expansão e investimento na APS. O gráfico abaixo ilustra bem este cenário, apesar da falta das informações referentes aos anos de 2021 e 2022, quando o MS descontinuou a disponibilidade dos dados no sistema e-Gestor AB, em função da mudança na modalidade de financiamento da APS e por consequência, mudança no cálculo do indicador de percentual de cobertura populacional pela ESF.

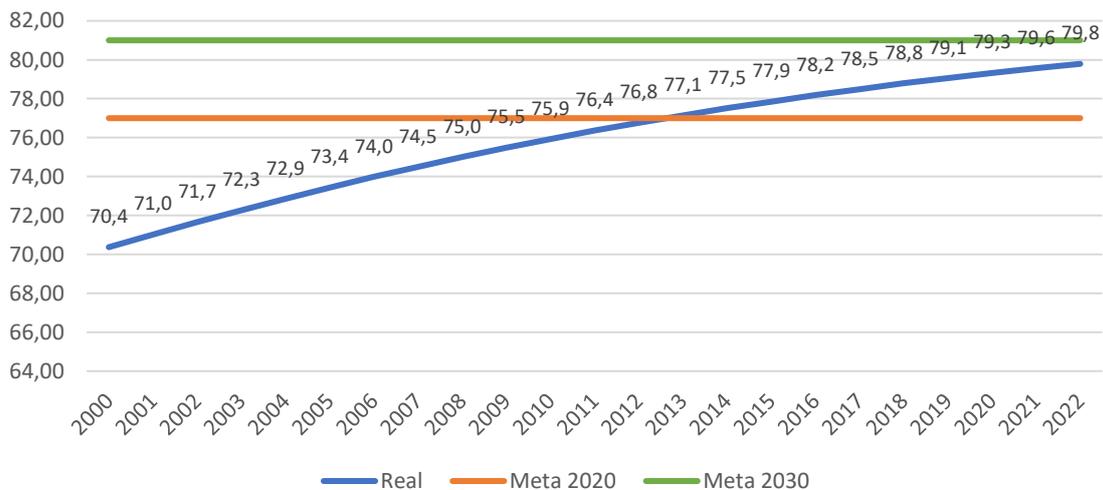
Gráfico 3 – Cobertura populacional atendida pelas equipes de saúde familiar



Fonte: e-Gestor AB/MS. Acesso em 26/07/2023.

Em duas décadas, a esperança de vida ao nascer projetada pelo IBGE para o Espírito Santo passou de 70,37, em 2000, para 79,79, em 2022. Essa foi a segunda mais elevada esperança de vida ao nascer entre os estados brasileiros, somente Santa Catarina (79,9 anos) superou o ES. O IBGE projetou para 2030 uma expectativa de vida de 81,1 anos para os capixabas.

Gráfico 4 – Esperança de vida ao nascer



Fonte: Projeção da População – IBGE.

Eventos importantes ocorridos no período

A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global.

O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019.

<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>

Apesar de todos esses fatores favoráveis, a pandemia da COVID-19 em 2020 e 2021 desarticulou muitas ações no âmbito da atenção primária e atenção especializada relativas ao pré-natal. Segundo dados do SIM/TABNET/SESA, considerando o total de óbitos infantis entre 2006 e 2022, 29% seriam redutíveis por ações relacionadas ao adequado controle na gestação; 20,7% dos óbitos seriam redutíveis por diagnóstico e tratamento precoce e 12,7% são óbitos não

evitáveis. Neste cenário, a pandemia também foi responsável por uma crise socioeconômica com aumento repentino do desemprego, precarização de condições de trabalho e agravamento severo das desigualdades sociais. Este cenário de crise econômica afeta diretamente a população mais vulnerável e seu acesso aos serviços de saúde. Provavelmente a pandemia contribuiu para este discreto aumento da taxa de mortalidade infantil registrado no ano de 2021 no estado do ES. O ano de 2022 representou a retomada e normalização dos atendimentos na Atenção Primária que teve sua dinâmica prejudicada com o atendimento dos sintomáticos respiratórios e desarticulação de alguns serviços em função do isolamento social. De agora em diante, com a melhoria do cenário econômico, o caminho é reorganizar e fortalecer a rede de atenção materno-infantil para que retomemos a tendência de redução da taxa de mortalidade e principalmente vençamos a estagnação dos patamares de redução gradual do indicador

Quais os desafios futuros?

Neste ano de 2023 a SESA está finalizando o Plano Estadual de Saúde (PES) para o quadriênio 2024-2027 e o enfrentamento da mortalidade infantil permanece como agenda sanitária prioritária, tendo sido estabelecida a meta de redução de taxa de mortalidade para 8,5 óbitos a cada 1.000 nascidos vivos até 2027. O resultado alcançado em 2020 (9,7 óbitos p/ 1.000 NV) ainda está distante de se aproximar da meta estabelecida em 2013, mas é preciso valorizar que o estado conduziu uma sucessiva queda ao longo dos anos que foi interrompida pela pandemia. A perspectiva da Secretaria de Estado da Saúde é continuar trabalhando nesta agenda como prioritária, considerando sua inserção no PES e seu acompanhamento como indicador de resultado na execução do PPA 2024-2027. Além disso, a rede materno-infantil foi escolhida como rede prioritária nas regiões de saúde metropolitana e sul no processo de Planejamento Regional Integrado (PRI), que tem sido conduzido pela SESA com o apoio do COSEMS/ES (Conselho dos Secretários Municipais de Saúde). Este processo pretende trabalhar intensamente a organização das linhas de cuidado da referida rede com vistas a qualificar a atenção à mulher no ciclo gravídico puerperal bem como atenção à criança. Na continuidade dos resultados esperados para 2027, podemos propor, para o ano de 2030, uma taxa de 7

óbitos a cada 1.000 nascidos vivos, sendo uma meta mais factível em função da recuperação que precisaremos operar até que voltemos a reduzir a taxa para valores inferiores aqueles já alcançados no ES.

A perspectiva da SESA, em consonância com o modelo de atenção preconizado e financiado pelo Ministério da Saúde, era a expansão da cobertura populacional da ESF como principal estratégia de organização e qualificação da atenção primária no Brasil. No ES, o grande desafio reside em expandir a cobertura nos municípios de grande porte, principalmente aqueles da Região Metropolitana da Grande Vitória. A meta estipulada a ser atingida em 2020 foi de 70% de cobertura, e nosso resultado para o referido ano se aproximou muito resultado almejado. Apesar do desmonte do Programa Mais Médicos do Governo Federal em 2019, a SESA, por meio do ICEPi e de seu programa de provimento (Qualifica APS/Provimento e Residência Médica) foi capaz de suprir a ausência dos profissionais desligados do programa e expandir ainda mais o percentual de cobertura. Considerando a elaboração do PES 2024-2027, a proposta da SESA é que continuemos a empregar esforços para que em 2027, possamos atingir uma cobertura de ESF de 90%, considerando uma estimativa de que em 2022 nossa cobertura encerrou em 72,3%. Sendo assim, o cenário proposto de expansão da ESF no Plano 2030 está em consonância com o planejamento da SESA para o próximo quadriênio, com expectativa que alcancemos a meta antes de 2030.

Considerando toda as políticas socioeconômicas de emprego e renda, investimentos em esporte, lazer, cultura, moradia, segurança pública, meio ambiente, mobilidade urbana, etc., que estão no Planejamento Estratégico do Governo para os próximos anos, acreditamos que o ES é capaz de proporcionar uma vida longa e de qualidade a população capixaba, considerando que este não é um marcador da saúde, mas sim um marcador do desenvolvimento de toda a sociedade considerando os mais diversos aspectos da vida cidadã em uma democracia avançada.

Considerações:

Alterar o nome do indicador “saúde familiar” para “saúde da família”.

2.1.3 Educação

Qual era o cenário à época?

Na elaboração do Plano ES 2030, a educação foi retratada como importante ferramenta para o desenvolvimento do Espírito Santo e melhoria de diversos indicadores sociais. Dentre os desafios educacionais, no início da década de 2010, o Espírito Santo, assim como o Brasil, convivia com elevadas taxas de abandono escolar, aprendizado abaixo do proficiente em Língua Portuguesa e Matemática, analfabetismo, dentre outros.

Nesse mesmo tempo haviam políticas, programas e ações nacionais em curso voltados para a educação. Em destaque tinha-se: i) Mais Educação – tempo integral (2007); ii) Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE, 1995); iii) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec, 2011); iv) Ciências sem Fronteiras (2011); v) Sistema de Seleção Unificada (SiSU, 2012).

Mais à frente serão retratados os indicadores para acompanhamento do ES 2030 na temática da educação, mas já cabe mencionar que o cenário acima mencionado culminou em discussões a nível nacional, concomitantes ao Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo, sobre os rumos educacionais do país. Isso culminou em Leis federais e subnacionais de pactos e compromissos, como os Planos de Educação Nacional (PNE: 2014-2024) e Estadual (PEE: 2015-2025). Com suas 20 metas para alcançar uma educação de qualidade, inclusiva e universal, os Planos trouxeram desafios e estratégias para que todos os entes federados trabalhassem num mesmo sentido e em conjunto.

A seguir são apresentados indicadores que retratam a situação da educação no Espírito Santo e as possibilidades de melhoria, dentre os quais, alguns também são acompanhados no monitoramento do PNE e do PEE. Ressalta-se que a educação pode ser impactada por diversos fatores, sendo a pandemia de covid-19 um possível dificultador do alcance das metas estabelecidas para 2030.

O quanto avançamos?

- **IDEB**

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a partir dos dados de rendimento escolar – aprovação (Censo Escolar) e o aprendizado dos estudantes, medido pelas provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Devido a frequência deste segundo ser bianual, o IDEB também é divulgado a cada 2 anos.

Desde 2005, o Espírito Santo apresenta melhora no IDEB nas três etapas de avaliação (Gráfico 1). O melhor cenário pode ser observado nos anos iniciais no Ensino Fundamental, que subiu de 4,2 em 2005 para 5,4 em 2013, com resultado de 6,0 em 2021, conforme a meta estipulada. Contudo, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio os resultados de 2021 foram inferiores ao estabelecido na meta, um possível reflexo da pandemia de covid-19.

Mesmo com as adversidades trazidas pela pandemia, o ES conseguiu se destacar entre os estados com os melhores desempenhos do IDEB.

Gráfico 5 – IDEB do Espírito Santo para todas as redes, 2005-2021



Fonte: IDEB (INEP, 2022²).

² Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 10 jul. 2023.

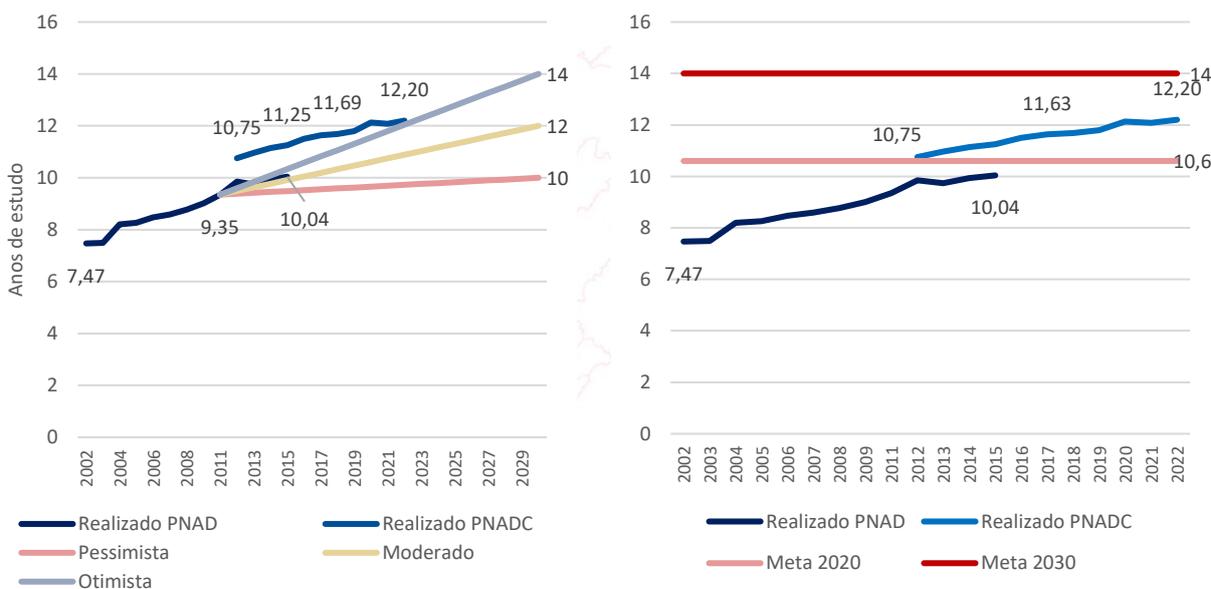
- **Escolaridade média da população**

A escolaridade da população é estimada no Brasil e no Espírito Santo a partir dos anos de estudo informados pelos entrevistados em pesquisas censitárias ou amostrais. À época do ES 2030 havia recorrentemente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foi descontinuada. Atualmente conta-se com uma nova PNAD denominada Contínua (PNADC).

Considerando o Ensino Fundamental de 9 anos, observa-se no Gráfico 2 que em 2012 a escolaridade média da população de 25 a 34 anos era de 10,81 anos, com elevação e estagnação a partir de 2020, quando a escolaridade média estimada subiu para 11,85 anos.

A meta estabelecida no Plano ES 2030 para 2020 era de 10,6 anos de estudo, num contexto em que ainda havia o Ensino Fundamental de 8 anos. Mesmo com uma atualização da meta para a mínima de 9 anos (acréscimo de 1 ano), a média (12,13 anos) observada do estado ultrapassou o valor estipulado para 2020. Entretanto, ainda há um distanciamento da meta para 2030, que no ritmo de evolução atual, pode necessitar de alguma intervenção.

Gráfico 6 – Escolaridade média da população de 25 a 34 anos



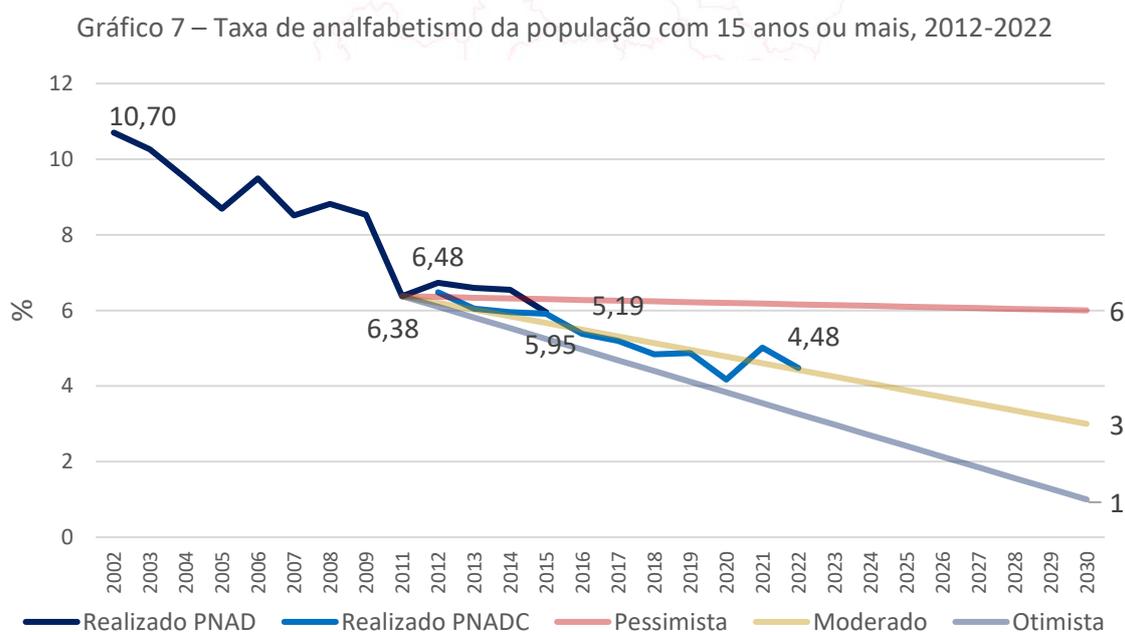
Fonte: PNADC (IBGE, 2015); PNADC trimestral – 4º trimestre (IBGE, 2023).

Observa-se que a escolaridade média é de 12,2 anos (Gráfico 2), em 2022, o que mostra que grande parte das pessoas de 25 a 34 anos possui o Ensino Médio. Porém, mediante o provável afastamento da sala de aula no período pandêmico, seja por desistência ou adiamento dos estudos, seria necessário atrair essa população novamente para a sala de aula e garantir que os mais novos consigam concluir o Ensino Médio e depois o Ensino Superior para cumprir a meta para 2030.

- **Taxa de analfabetismo**

Outro importante indicador educacional é a taxa de analfabetismo. Calculada a partir dos microdados da PNADC, o Plano ES 2030 observa a situação da população de 15 anos ou mais. Portanto, pode este indicador mostrar a necessidade de oferta de ensino aos jovens e adultos.

O Gráfico 3 mostra que em 2012, o percentual de analfabetos com 15 anos ou mais era de 6,48%. A mínima observada para a série histórica é de 4,17 em 2020, cuja tendência de redução é momentaneamente interrompida em 2021 (5,02%), ano da pandemia de covid-19. Em 2022, o indicador reduziu para 4,48%, resultado intermediário entre os cenários de desenvolvimento pessimista (6%) e moderado (3%).



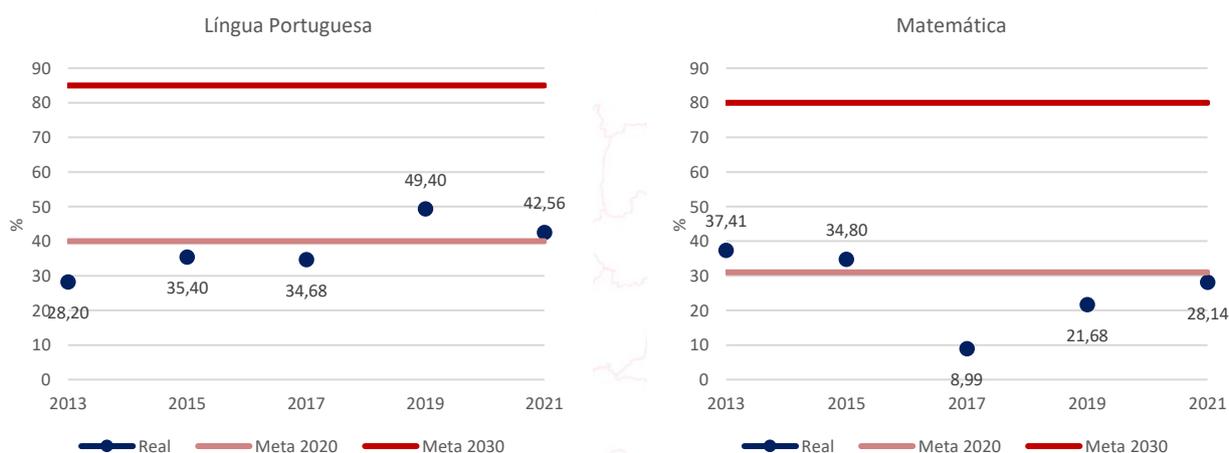
Fonte: PNADC (IBGE, 2015); PNADC trimestral – 4º trimestre (IBGE, 2023).

- **Alunos com nível adequado de aprendizado – Ensino Médio**

A educação de qualidade requer o envolvimento de toda a comunidade escolar, especialmente dos estudantes. Desse modo, o aumento do percentual de estudantes com nível adequado de aprendizado seria um retrato do esforço para melhoria da educação.

Os dados do SAEB/INEP (Gráfico 4) mostram que em 2013 havia no Espírito Santo cerca de 28,20% dos estudantes com aprendizado adequado em Língua Portuguesa (Ensino Médio). Em 2019, esse mesmo indicador chegou a 49,40%, acima da meta para 2020. No entanto, o resultado de 2021 foi 6,84 p.p. menor que a edição anterior da prova. Em relação à Matemática, o cenário é menos favorável. Em 2013, o percentual de estudantes com nível adequado de aprendizado (37,41%) estava maior que a meta para 2020 (31%). Porém, resultados nas edições posteriores a 2017 foram abaixo desse patamar.

Gráfico 8 – Alunos com nível adequado de aprendizado no Ensino Médio, 2013-2021



Fonte: SAEB (INEP, 2022).

Embora os dados no Gráfico 4 para Matemática apontem aumento em 2019 e 2021 do indicador, em relação a 2017, cabe mencionar que a pandemia de covid-19 pode ter impactado a prova SAEB em 2021. Segundo o INEP, tais resultados necessitam de cautela ao serem analisados, pois muitas escolas adotaram novas mediações de ensino, com revisão de currículos e critérios durante o período de afastamento da sala de aula³.

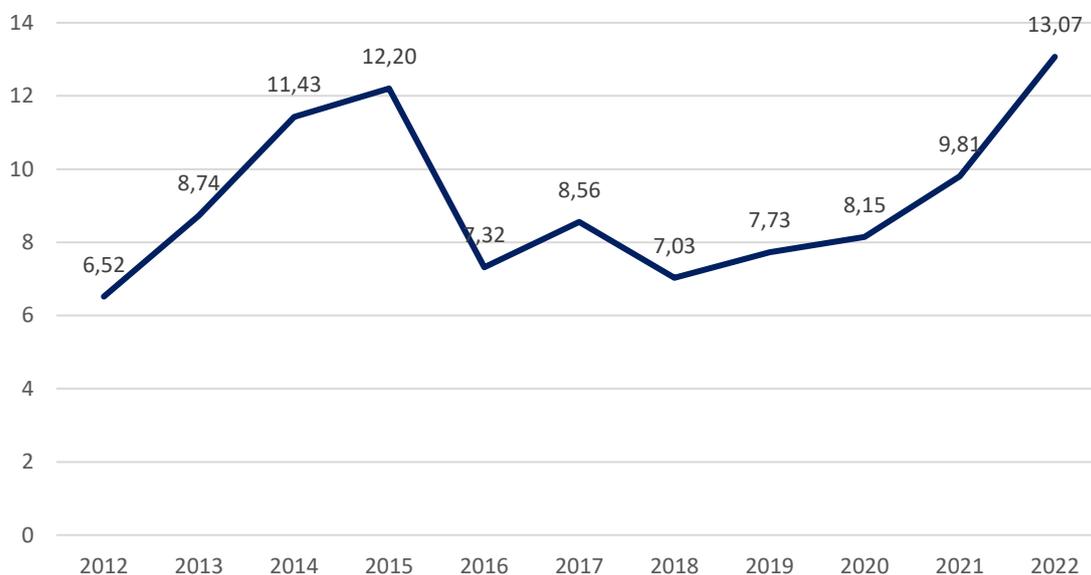
³ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/saeb/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-saeb-e-do-ideb-2021>. Acesso em: 14 jul. 2023.

- **Matrículas de tempo integral da rede pública do Espírito Santo no EF e Médio**

As matrículas de tempo integral são medidas pelo INEP e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) a partir dos dados coletados no Censo Escolar, cuja frequência é anual. Desde 2018, os critérios utilizados para o indicador foram revisados, o qual passa a contar a matrícula com registro de jornada mínima de 7 horas diárias e esteja dentro do público alvo do tempo integral⁴.

O percentual de matrículas em tempo integral da rede pública no Espírito Santo (Gráfico 5) foi de 6,52% em 2012 com elevação para 12,20% em 2015. No ano de 2016 houve uma queda acentuada no indicador para 7,32% devido mediante a descontinuidade do Programa Mais Educação, do Governo Federal em 2016. Apesar da rede estadual capixaba contar com a oferta de educação em tempo integral, os dados divulgados em Demura (2021)⁵ mostram que o quantitativo de estudantes público alvo do tempo integral nesta rede em 2016 era de 30,34% do total das redes públicas, enquanto que as redes municipais somadas correspondiam a 68,61%.

Gráfico 9 – Percentual de estudantes do público alvo em jornada de tempo integral, 2012-2022



Fonte: Censo Escolar (INEP/SEDU, 2023).

⁴ Nota técnica explicativa da metodologia de cálculo se encontra disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/notatecnica/IJSN_NT_62.pdf. Acesso em: 17 jul. 2023.

⁵ Ver nota 2.

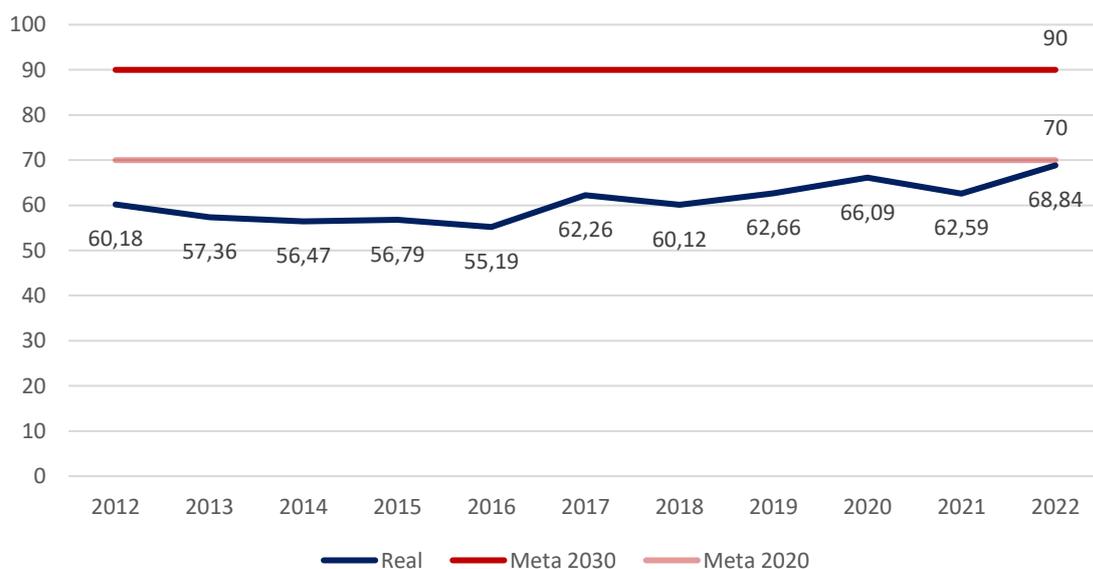
Para o ano de 2020 havia a meta estabelecida de 25%. No entanto, sem aumento nas redes municipais, a expansão da oferta de educação em tempo integral da rede estadual se mostrou insuficiente para atingir a meta. Isso culminou no lançamento do Programa Capixaba de Fomento à Implementação de escolas municipais de Ensino Fundamental em Tempo Integral (PROETI), em 2021. Em 2022, o desempenho do Espírito Santo aumentou para 13,07% (Gráfico 5).

- **Jovens com Ensino Médio concluído aos 19 anos de idade**

O percentual de pessoas com 19 anos de idade com Ensino Médio completo pode ser observado através dos microdados da PNADC. O Gráfico 6 apresenta os dados para o Espírito Santo, que em 2012 era de 60,18%, com redução em 2016 para 55,19% e crescimento de 10,9 p.p. até 2020. No entanto, a meta traçada para esse ano era de 70%.

Em 2021 houve redução no indicador para 62,59%, possivelmente em decorrência da pandemia de covid-19 e o afastamento da sala de aula. O crescimento foi retomado em 2022, com registro de 68,84% dos jovens de 19 anos com Ensino Médio completo e a necessidade de crescimento de, pelo menos, 2,65 p.p. do indicador por ano até 2030 para cumprir a meta de 90%.

Gráfico 10 – Percentual de pessoas com 19 anos de idade com Ensino Médio completo, 2012-2022



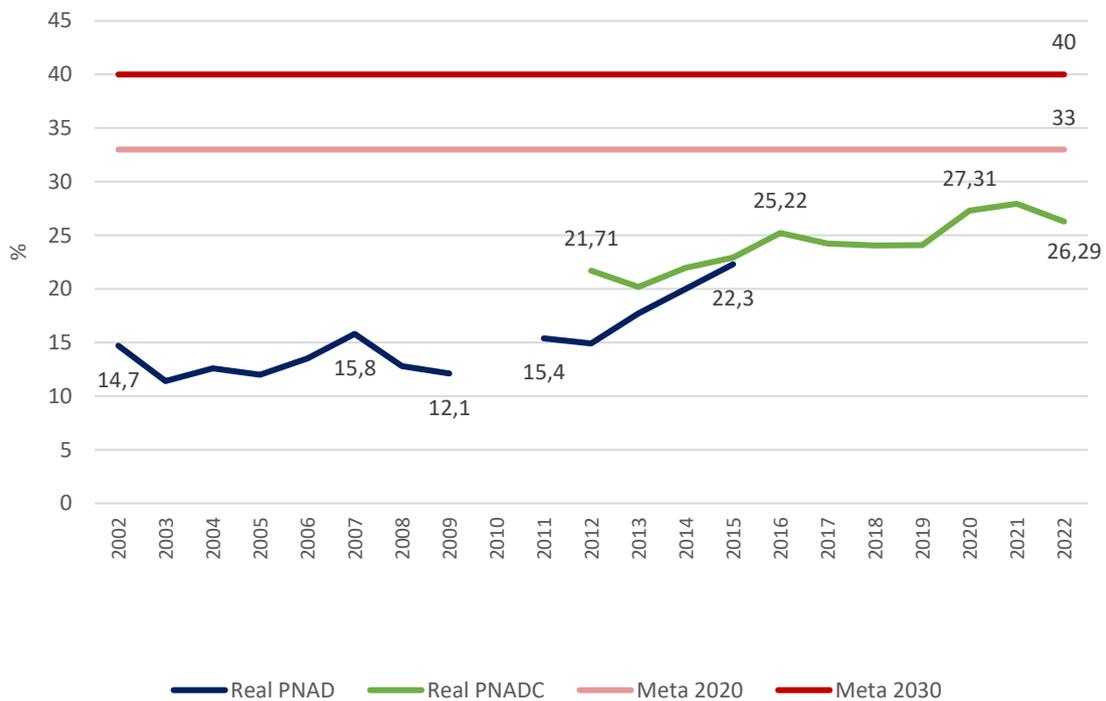
Fonte: PNADC trimestral – 3º trimestre (IBGE, 2023).

- **Taxa líquida de matrícula do Ensino Superior da população de 18 a 24 anos**

A taxa líquida de matrícula de pessoas com idade entre 18 e 24 anos no Ensino Superior é estimada a partir dos microdados da PNADC (Gráfico 7). Em 2012, o percentual era de 21,71% e em 2020 chegou a 27,31%, embora ainda 5,69 p.p. abaixo da meta para o mesmo ano. Em 2022 houve redução e um percentual encontrado de 26,29%.

Vale lembrar que a pandemia de covid-19 gerou diversos transtornos, inclusive sobre a economia. Ao cursar o Ensino Superior, os indivíduos buscam por capacitação para o mundo do trabalho. Num contexto de incerteza forte devido à pandemia, possivelmente pioraram as expectativas dos jovens de 18 a 24 anos sobre a vida profissional, desestimulando-os a ingressar ou continuar os estudos na graduação.

Gráfico 11 – Taxa líquida de matrícula de pessoas com idade entre 18 e 24 anos no Ensino Superior, 2012-2022



Fonte: PNADC (IBGE, 2015); PNADC trimestral – 2º trimestre (IBGE, 2023).

Eventos importantes ocorridos no período

Alguns marcos importantes ocorreram na educação brasileira após o lançamento do ES 2030. Como já mencionados, os Planos de Educação Nacional (2014-2024) e Estadual (2015-2025). O PNE e o PEE são relacionados à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) e apresentam um norte para a busca do aperfeiçoamento da educação brasileira, sobretudo com vistas aos entes federados subnacionais.

Em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi reestruturada. O objetivo foi de estabelecer a formação dos estudantes alinhada à promoção do protagonismo estudantil, o exercício da cidadania, o projeto de vida e desenvolver habilidades socioemocionais nos estudantes, além de prever o uso mais intensivo de tecnologias pelos docentes, dentre outros pontos.

Nesse mesmo tempo foi descontinuado o Mais Educação (2016), por meio do qual eram repassados recursos para estados e municípios ampliarem a jornada escolar. O Governo Federal lançou em seguida o Novo Mais Educação (2017), porém houve redução do percentual de estudantes em tempo integral em todo o país. No Espírito Santo, o Governo do Estado ofertava educação em tempo integral para a rede estadual e, em 2021, iniciou o PROETI com repasses de recursos e conhecimentos aos municípios capixabas para implementação de vagas em tempo integral.

Em relação ao ensino infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental, o Governo do Estado do Espírito Santo criou em 2017 o Programa pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes). O apoio do Estado aos Municípios ocorre por meio de sua adesão aos editais para obtenção dos recursos disponíveis no Fundo Estadual de Apoio à Ampliação e Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil e Ensino fundamental no Espírito Santo (FUNPAES). Assim, espera-se a melhoria dos indicadores educacionais com ações distribuídas em três eixos principais: i) Apoio a Gestão; ii) Fortalecimento da Aprendizagem e; iii) Planejamento e Suporte.

Ainda em 2017, o Governo Federal lançou o Novo Ensino Médio. O Espírito Santo iniciou esta oferta em 2020, bem como a ampliação do ensino em tempo integral com a oferta

de vagas de 7h com ensino técnico integrado. Contudo, a pandemia de covid-19 gerou desafios para a gestão estadual.

No ano de 2020, as escolas capixabas tiveram longo período de aulas apenas em regime remoto, cuja interação com os docentes esteve limitada e pode ter contribuído para um aprendizado inferior ao esperado. Vale destacar que durante a pandemia e o decorrente afastamento da sala de aula, professores e alunos precisaram utilizar ferramentas tecnológicas e de *internet* para a realização das atividades de ensino e aprendizagem. Em muitos casos, não havia uma rotina prévia de uso das tais ferramentas, que culminou num processo de adaptação à realidade do distanciamento físico e mais o aprendizado/descobrimto de plataformas digitais, aplicativos, *softwares*, dentre outros que viabilizassem a continuidade dos estudos.

Com a vacinação, no ano de 2021 as aulas presenciais foram retomadas aos poucos e em períodos com revezamento, o que requereu novamente a adaptação de toda a comunidade escolar. Em 2022, as aulas foram retomadas integralmente no regime presencial. O ES foi um dos primeiros estados brasileiros a retomar as aulas presenciais seguindo os protocolos de segurança da pandemia.

Uma importante questão educacional é financiamento, sendo uma das principais fontes o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), especialmente para o pagamento de salários aos professores. Em 2021, foi lançado o Novo FUNDEB que, dentre as alterações, aumentou a participação da União no Fundo, bem como a possibilidade de mais ganhos a partir do aumento da qualidade de ensino.

Quanto ao ensino superior no Espírito Santo, ao final de 2021 foi criado o Sistema UniversidadES, que passou a integrar diversas instituições, secretarias e abarcou o Programa Nossa Bolsa. Nesse contexto, o Nossa Bolsa foi fortalecido e, para 2022, foram ofertadas mais de 2 mil bolsas em cursos de nível superior, grande parte na modalidade integral e, em alguns casos, com possibilidade de cursar o ensino a distância (EaD).

Quais os desafios futuros?

A pandemia de covid-19 trouxe muitos desafios para a educação e mostrou a necessidade de avançar em alguns pontos. O aprendizado dos estudantes é uma questão sensível e passível de melhoria, especialmente num cenário de difusão do conhecimento com disponibilidade de acesso facilitado por meios digitais via *internet*. Outro ponto é a atração dos alunos pelos estudos, tanto na educação básica, quanto no ensino superior, com vistas à universalização do ensino e para diminuição da evasão, aumento dos anos de estudo e a capacitação para o mundo do trabalho.

Vale destacar as iniciativas nacionais e estaduais voltadas ao ensino técnico, mediante o retorno do Pronatec e a oferta de cursos técnicos pela SEDU e pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI). Por meio das vagas, os jovens capixabas terão maiores chances de preparo e espera-se melhor encaminhamento profissional, além de ampliar os atrativos para que empresas se instalem no estado, gerando emprego e renda.

Outras iniciativas nacionais recentes podem corroborar para a melhoria da educação no Espírito Santo. Primeiramente, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (junho/2023), em substituição à Política Nacional de Alfabetização (2019). A segunda iniciativa é o Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica (julho/2023), com foco em viabilizar a retomada de obras paralisadas ou inacabadas dos entes federativos.

Afora as oportunidades de políticas públicas, cabe espaço para pensar e discutir os rumos da educação por meio dos novos Planos de Educação. Mediante a proximidade do fim dos Planos em vigência, a União, Estados e Municípios têm a oportunidade de refletir, questionar e considerar os desdobramentos observados nos últimos anos com vistas ao planejamento futuro. Ressalta-se a importância da elaboração de metas e estratégias que instiguem o avanço educacional, sobretudo pautado em dados e informações para o adequado planejamento, acompanhamento e execução de ações.

Considerações:

INDICADOR “Matrículas de tempo integral da rede pública do Espírito Santo no EF e EM”: Até 2018 o INEP calculava os percentuais de estudantes em tempo integral sem distinção de tipo de matrícula, sendo a partir desse ano definida a utilização da restrição do público alvo antes do cálculo final.

INDICADOR “Jovens com Ensino Médio concluído aos 19 anos de idade”: Esse indicador apresenta um problema de escrita, pois não é possível saber quem concluiu o Ensino Médio aos 19 anos por meio das bases de dados conhecidas. O que conseguimos mensurar é o percentual de pessoas com 19 anos de idade que concluíram o Ensino Médio, conforme apresentado.

INDICADOR “Taxa líquida de matrícula do Ensino Superior da população de 18 a 24 anos”: As matrículas da população de 18 a 24 anos no Ensino Superior são monitoradas no PNE e no PEE. Entretanto, há o indicador de taxa bruta de matrícula e a taxa líquida de escolarização. A diferença entre os dois é que no 2º entram as pessoas dessa faixa etária que já concluíram a graduação, o que acredito ser o que se espera observar no ES 2030.

2.1.4 Segurança Cidadã

Qual era o cenário à época?

Entre os principais problemas do Espírito Santo (ES) no final da década de 2000 estava o sistema penitenciário desestruturado, como fonte dinamizadora da criminalidade em um contexto caracterizado pela ausência de uma política de segurança robusta e integrada. Em 2009, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Espírito Santo atingiu seu ápice, com o valor de 58,3. Neste contexto, a partir de 2010 iniciou-se um grande esforço para criar uma política capixaba de saneamento do sistema prisional, com apoio do Governo Federal, equacionando um dos grandes gargalos no caminho das políticas efetivas de segurança pública.

O quanto avançamos?

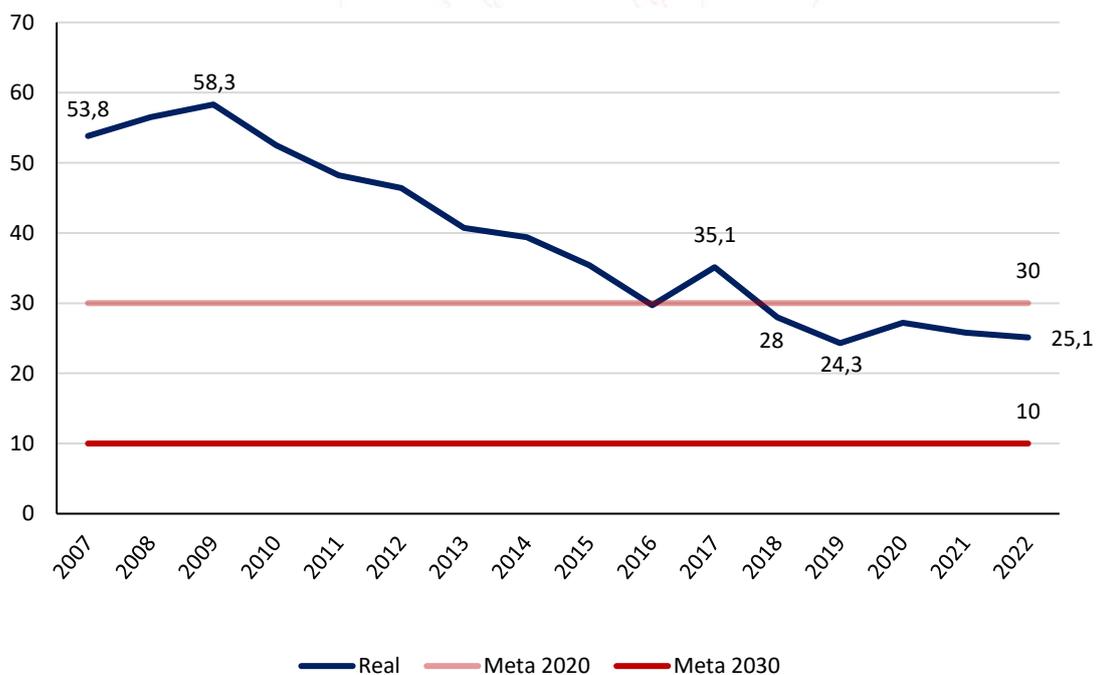
A partir disso, em 2011 foi implementado um qualificado programa de segurança pública orientado por resultados, intitulado de Programa Estado Presente em Defesa Vida. O

programa foi organizado em torno de dois grandes eixos, quais sejam, a Proteção Policial e a Proteção Social. O foco estava tanto em iniciativas de repressão qualificada, como de prevenção primária ao crime e à violência, apostando em ações sociais voltadas para a juventude e investimentos em inteligência e tecnologia para as polícias. O principal objetivo do programa era a mitigação do crime contra a vida, principalmente entre os jovens de áreas com maior vulnerabilidade social.

Vale ressaltar que atualmente o programa Estado Presente é uma política de segurança pública integrada com mais de uma década de experiência e considerada uma ação exitosa por organizações internacionais, como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Instituto Sou da Paz e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A tendência de queda iniciada em 2010 é mantida até hoje, e prevista para os próximos anos. O ano de 2022 finalizou com uma taxa de 25,1 vítimas por 100 mil habitantes, ou seja, menos da metade do observado treze anos antes, sendo que em 2019 foi registrado o menor valor da série histórica, de 24,3.

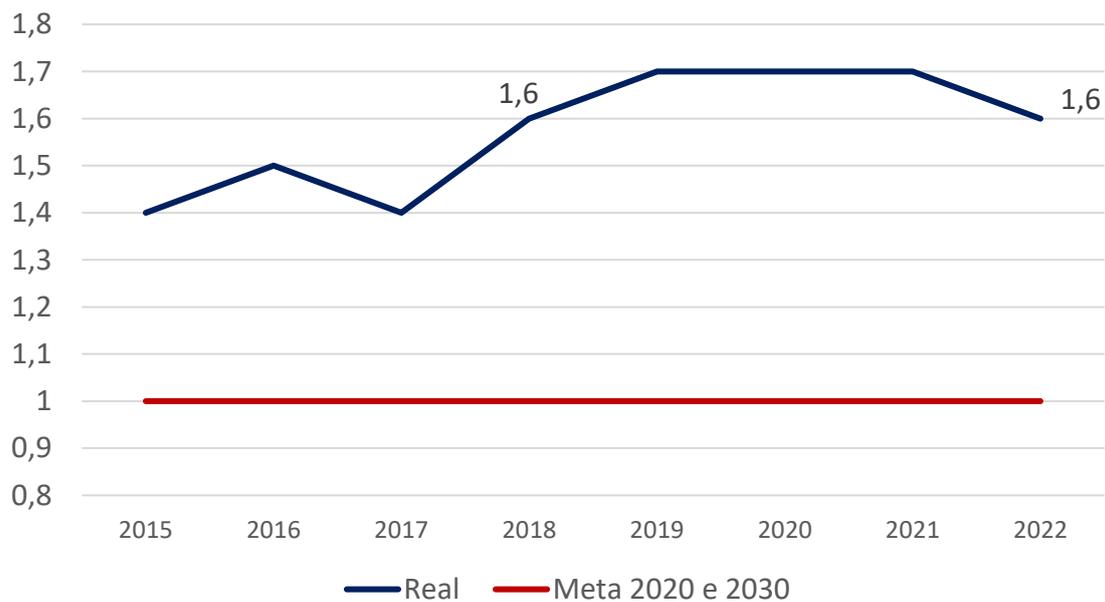
Gráfico 12 – Taxa de homicídios por cem mil habitantes do ES



Fonte: SESP-ES. Elaboração IJSN.

Estudos mostram que, sem a política capixaba de saneamento do sistema prisional e de adoção do Programa Estado Presente, o número de homicídios por 100 mil hab. no ES teria crescido entre 2010 e 2014. Acredita-se, ainda, que as ações realizadas pelo programa nesse período são responsáveis pelo efeito de longo prazo sobre o indicador, contribuindo para a permanência da tendência de queda após 2014.

Gráfico 13 – Razão preso/vaga no sistema penitenciário do ES



Fonte: SEJUS-ES. Elaboração IJSN.

Eventos importantes ocorridos no período

Contudo, o programa foi descontinuado no período de 2015 a 2018, acumulando algumas sequelas no âmbito da segurança pública estadual. Nesse período não houve, por exemplo, concurso para reposição de efetivo das polícias. Somados a isso, atritos políticos terminaram por gerar uma crise no estado, com repercussão nacional. Em fevereiro de 2017, teve início o movimento reivindicatório da Polícia Militar por reajuste salarial e outras demandas, que foi caracterizado pela obstrução da entrada e saída dos batalhões pelas esposas dos agentes. Essa situação provocou



redução significativa do policiamento ostensivo na rua, com a grave e imediata consequência do aumento do número de homicídios. As três semanas da paralisação foram suficientes para elevar as taxas de homicídio do ano de 2017, com uma taxa de 35,1 vítimas por 100 mil hab., acima do ano anterior e interrompendo a sequência de sete anos de quedas consecutivas. A gestão daquela que foi a mais grave crise da segurança pública do ES se prologou demais, o que resultou em um aumento dos homicídios e uma série de danos para a sociedade.

Quais os desafios futuros?

Nos últimos dois anos, os números voltaram à tendência de queda, ainda que em um ritmo mais moderado. O que é de certa forma esperado, já que, quanto mais se reduz, mais difícil é continuar reduzindo os indicadores de crimes, pois um limite natural está cada vez mais próximo. De todo modo, o indicador capixaba ainda permanece acima do padrão classificado pela ONU como “tolerável” (taxa de até 10 vítimas por cem mil habitantes), que se espera alcançar até 2030.

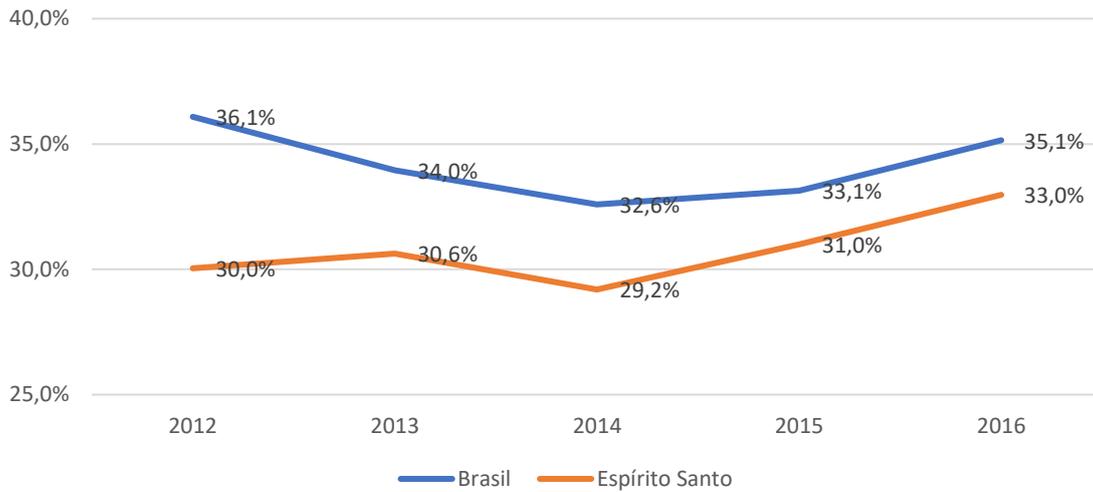
A meta é arrojada (segundo o FBSP, 2023), somente São Paulo e Santa Catarina atingiram esse patamar), uma vez que exige uma queda equivalente a 15 pontos por 100 mil em aproximadamente 8 anos (a começar pelo ano de 2023). Mas não deixa de ser factível e extremamente necessária para garantirmos paz e qualidade de vida para a sociedade capixaba.

2.1.5 Pobreza e Extrema Pobreza

Qual era o cenário à época?

O Plano ES 2030 foi construído em um contexto em que o Espírito Santo ocupava a 11ª posição entre as Unidades Federativas com menos pobres (2013-2014). O percentual de pobreza entre 2012 e 2014 estava diminuindo, mas houve um aumento significativo a partir de 2014, como é possível perceber no gráfico 1, que mostra a evolução da porcentagem de pobres no Brasil e no Espírito Santo. Apesar do aumento porcentual, o estado ainda se manteve abaixo da linha nacional.

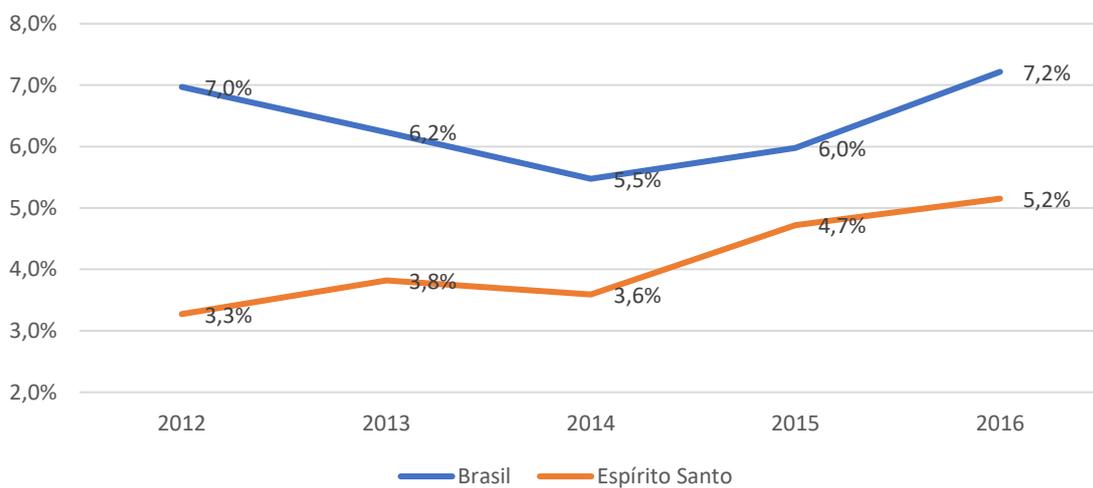
Gráfico 14 - Percentual de pobres⁶ - Brasil e Espírito Santo (2012-2016)



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração IJSN.

No caso de extremamente pobres, o Espírito Santo apresentou uma queda na extrema pobreza entre os anos de 2013 e 2014, mas a partir de 2015 o estado presenciou um aumento progressivo de pessoas extremamente pobres. O gráfico 2 apresenta essa evolução.

Gráfico 15 - Percentual de extremamente pobres, Brasil e Espírito Santo (2012-2016)



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração IJSN.

⁶ Os Valores são convertidos pela paridade poder de compra (PPC). Assim, os valores mensais das linhas de pobreza (US\$6,85) e extrema pobreza (US\$ 2,15) obtidos foram: respectivamente R\$ 665,02 e R\$ 208,73.

O quanto avançamos?

Os cenários para a redução da pobreza no país devem ser pensados em consonância com os demais indicadores econômicos, sobretudo aqueles que envolvem a geração de emprego, uma vez que apesar da importância dos programas de transferência de renda para mitigar a pobreza, para redução das desigualdades, emancipação dos pobres e o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza, é fundamental o ingresso no mercado de trabalho formal. Questões no cenário externo e interno como guerras e crises fiscais devem estar no horizonte, uma vez que o efeito na inflação afeta principalmente os mais pobres.

Toda essa crise vivenciada internacionalmente, que afetou sobretudo as economias mais pobres, fez com que o Banco mundial atualizasse suas linhas de pobreza levando à revisão da série histórica adotada anteriormente no país e no ES.

A linha de pobreza adotada foi atualizada recentemente pelo Banco mundial de US\$ 5,50 para US\$6,85 per capita dia, indicada como limite abaixo do qual as pessoas não conseguem obter os recursos necessários para sobreviver em países de renda média alta. Por sua vez, a linha de extrema pobreza foi atualizada de US\$ 1,90 para US\$ 2,15 per capita dia, estabelecida pelo Banco Mundial tomando como base os países extremamente pobres. Os valores são convertidos pela paridade poder de compra (PPC). Assim, os valores mensais das linhas de pobreza (US\$6,85) e extrema pobreza (US\$ 2,15) obtidos foram: respectivamente R\$ 665,02 e R\$ 208,73.

A PPC mede o quanto uma determinada moeda pode comprar em termos internacionais, uma vez que bens e serviços têm preços diferentes, a depender do país.

O cenário atual, observado nos dados de 2022, é de redução da desigualdade de renda e de pobreza com o retorno aos patamares anteriores à crise, o que significa dizer que o país e o ES estão retomando a trajetória em direção a redução da pobreza depois de uma década. Entretanto, sabe-se que essa redução observada em 2022 (ano eleitoral) foi feita com base em um forte crescimento dos investimentos dos programas de transferência de renda a nível federal e estadual e não como resultado de uma retomada das

atividades econômicas ao ponto de gerar emprego e incluir os mais pobres. Consequentemente, a continuidade da redução da desigualdade (Gini) e da pobreza no nível que foi observado quando da elaboração do 2030, precisa considerar um cenário de manutenção ou aumento dos investimentos em políticas de transferência de renda no Brasil e no ES e a redução dos índices de desemprego.

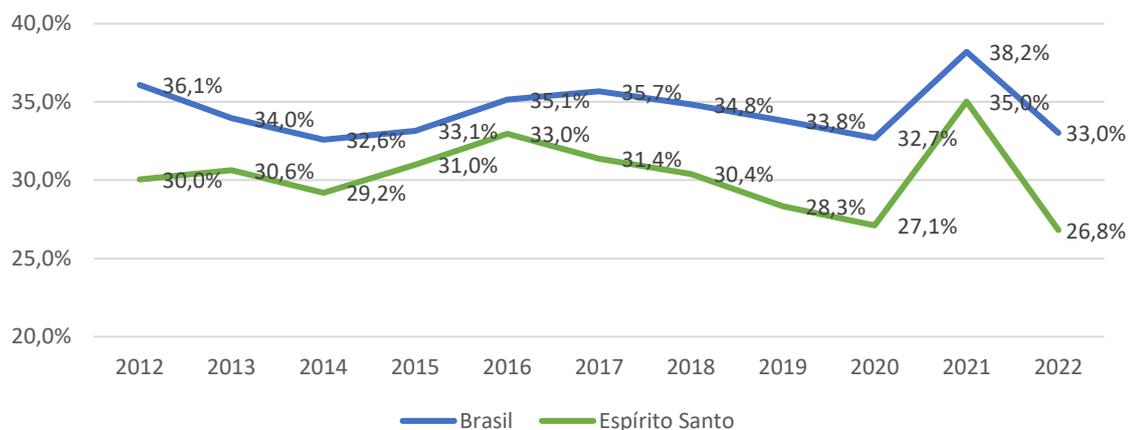
Índice de Gini: É um indicador para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, variando de zero (máxima igualdade) a um (máxima desigualdade).

O percentual de pobreza no Espírito Santo vem acompanhando paralelamente a variação da desigualdade para o Brasil desde 2012, sendo que o estado vem se mantendo abaixo da média das Unidades Federativas, conforme observa-se no Gráfico 3. Em 2022, o estado apresentou a maior diferença em relação à média nacional registrada na série histórica -6,2 p.p.

O Espírito Santo apresentou o menor percentual de pobreza desde 2012 (26,8%). O estado saiu da 11ª posição entre as Unidades Federativas com menos pobres em 2021 para a 9ª posição em 2022.

O Espírito Santo apresentou uma redução de 8,2% no percentual de pobres, em 2022. Analisando o Gráfico 3 nota-se um retorno à tendência de queda observada entre 2016 e 2019. Com isso, a estimativa do número de pessoas pobres no ES foi de 1,1 milhão, uma redução de cerca de 325 mil em relação ao ano anterior.

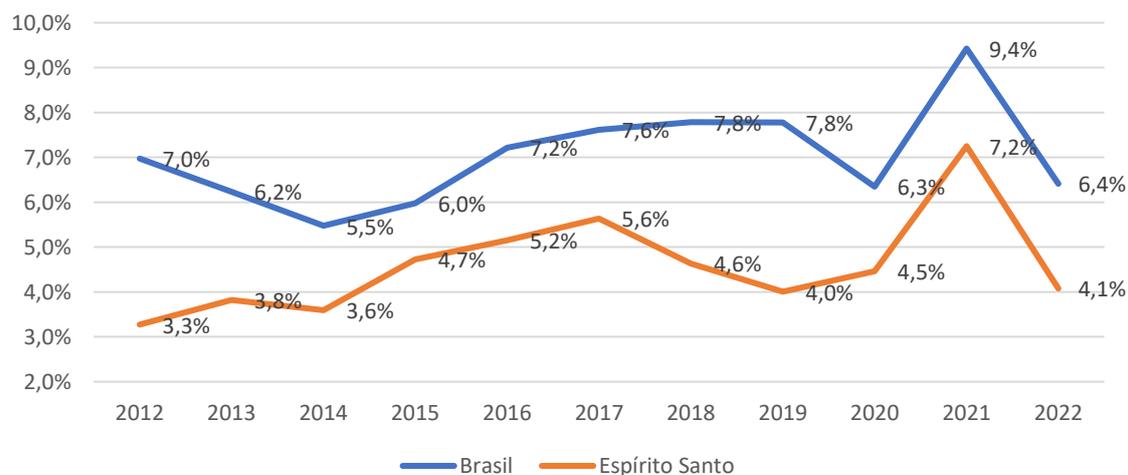
Gráfico 16 - Percentual de pobres, Brasil e Espírito Santo (2012-2022)



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração IJSN.

A Evolução do percentual de pessoas extremamente pobres no Brasil aumentou nos anos de 2015 a 2018, manteve-se estável em 2019, diminuiu em 2020 em função do auxílio emergencial, e alcançou sua maior elevação em 2021. No Espírito Santo a tendência observada apresenta uma diminuição nos anos de 2018 e 2019, e alcança o pico em 2021. Em 2022, a extrema pobreza no estado retornou a um percentual próximo do observado em 2019. Estima-se que, em 2022, havia 169.128 pessoas extremamente pobres no estado, o que representa uma redução de 128 mil pessoas em relação ao ano anterior.

Gráfico 17 - Percentual de extremamente pobres, Brasil e Espírito Santo, (2012-2022)



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração IJSN.

O contexto que marcou os anos de 2020, 2021 e 2022 impossibilitou um avanço significativo em algumas áreas, sobretudo econômica e social. Além da pandemia, houve uma significativa instabilidade econômica e política que contribuiu para essa impossibilidade e fez com que aumentassem as desigualdades sociais no país, sobretudo no que diz respeito à insegurança alimentar e nutricional, o que explica os indicadores de pobreza e extrema pobreza expressos nos gráficos acima.

Eventos importantes ocorridos no período

Os cenários traçados anteriormente (com a elaboração do ES 2030) para a redução de pobreza e desigualdade, assim como para os demais indicadores socioeconômicos, precisam ser revistos face à grave crise social econômica e política que se abateu sobre o país na última década, com elevação da taxa de inflação, de desemprego e a desconstrução do aparato estatal de assistência social vivenciados nos últimos anos. Esse cenário trouxe retrocessos como a volta do país para o mapa da fome e impactos que ainda reverberam hoje e continuarão impactando nos próximos anos.

Um evento de grande significância para analisar esses indicadores foi a pandemia da Covid-19, que aprofundou os problemas econômicos e sociais em curso. A criação do auxílio emergencial ajudou muitas famílias a terem uma fonte de renda para se manter mensalmente, entretanto, com sua retirada em 2021, muitas ficaram impossibilitadas de obter insumos básicos como alimentos.

Em 2022, o governo federal tentava tirar do papel e colocar em prática o Auxílio Brasil com valor R\$ 400,00. Por meio da ação do congresso nacional esse valor aumentou para R\$ 600,00.

Mesmo assim, a redução da taxa de pobreza em 2022 não é explicada exclusivamente pelo Auxílio Brasil. Vale lembrar que governos estaduais e municipais expandiram programas de transferência condicionada de renda e de assistência social. Além disso, foi percebida uma melhoria do mercado de trabalho no país, com a diminuição da taxa de desemprego de 13,2% em 2021 para 9,3% em 2022, de acordo com dados do IBGE.

Quais os desafios futuros?

Portanto, o cenário apontado sugere uma certa parcimônia ao traçar metas em relação aos indicadores de pobreza e desigualdade de renda. Se forem mantidos e/ou ampliados os investimentos em programas de transferência de renda, espera-se um impacto maior na redução da extrema pobreza do que na pobreza. Se houver a manutenção desses investimentos combinada ao crescimento econômico com geração de empregos, espera-se um resultado melhor em relação aos indicadores de pobreza e desigualdade de renda.

Considerações:

Em relação ao uso de Gini como indicador para mensurar a desigualdade de renda, embora esse indicador seja mais difundido, ele é menos sensível a oscilações nos extratos superiores e inferiores da distribuição, razão pela qual sugere-se acrescentar o uso do índice de Palma. Outro ponto importante a ser notado é a ausência da taxa de extrema pobreza como indicador estratégico a ser monitorado, uma vez que o programa estadual de transferência de renda, o Bolsa Capixaba, que consta na agenda estratégica do estado, tem como proposta reduzir a extrema pobreza monetária e reduzir o hiato de pobreza e extrema pobreza. Ressalte-se que o potencial de impacto das políticas de transferência de renda, principalmente aquelas do porte do Bolsa Capixaba, são maiores na extrema pobreza do que na pobreza, face a diferença nos valores dos recursos necessários para que a pessoa possa deixar a pobreza e a extrema pobreza.

2. 2 Propulsores de Progresso

2. 2.1 Energia, Petróleo e Gás

Qual era o cenário à época?

No início da década de 2010, a descoberta de petróleo e gás natural gerava muito otimismo quanto ao recebimento de novos investimentos produtivos no Estado, que chegou a ser o 2º maior produtor

Em 5 de novembro de 2015 o Brasil sofreu sua maior tragédia ambiental ocasionada pelo rompimento da barragem de fundão em Mariana/MG da Empresa Samarco. Em 25 de janeiro de 2019, outra tragédia, o rompimento da Barragem do córrego do Feijão/MG da Empresa Vale S.A, com grande impacto social, devido a morte de centenas de pessoas, além de questões ambientais.

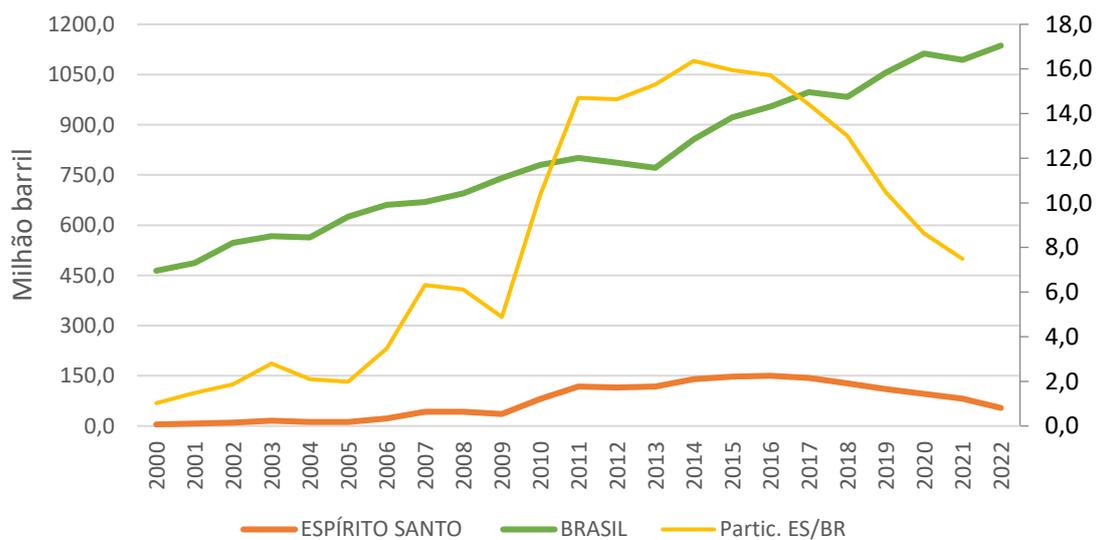
brasileiro. A indústria extrativa, chegou a representar 13,8% do valor adicionado estadual em 2014. Com a maturação dos campos de petróleo, cortes profundos no plano de investimentos da Petrobras a partir de 2015, devido à crise pela qual a Petrobras passou nos anos seguintes, e as tragédias de Mariana/MG e Brumadinho/MG, em 2020 a participação do setor caiu para 5,8%.

Em outra ponta, as tendências mundiais de mudanças climáticas apontavam para a necessidade do aumento da participação de fontes renováveis de energia nas matrizes energéticas de vários países e estados já na época.

No período de elaboração do ES 2030 a indústria representava mais de 40% da economia capixaba, o que evidenciava o ES como o estado com maior participação do setor secundário (Gráfico 20).

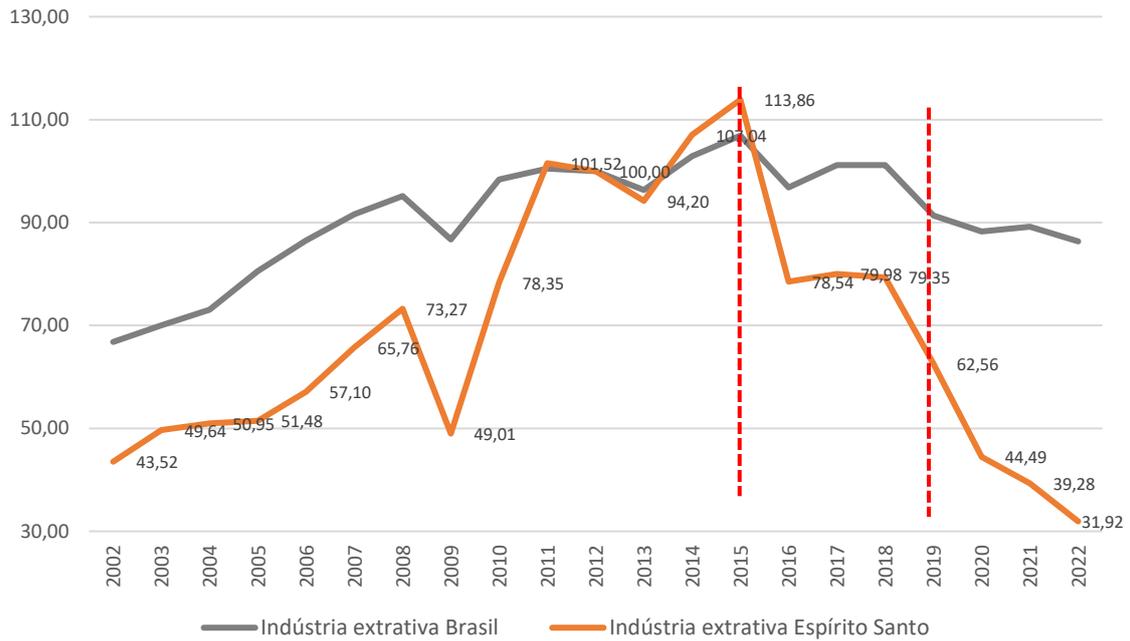
Mesmo com os impactos ocasionados pelo processo de maturação dos campos de petróleo, pela forte redução dos investimentos da Petrobras e desastres ambientais, o Espírito Santo se destacou como o 4º estado com maior participação da indústria na economia (27,4%), entre as Unidades da Federação (Gráfico 21).

Gráfico 18 - Total da Produção de Petróleo e Gás Natural (terra e mar) - 2000-2022 (milhão barril)



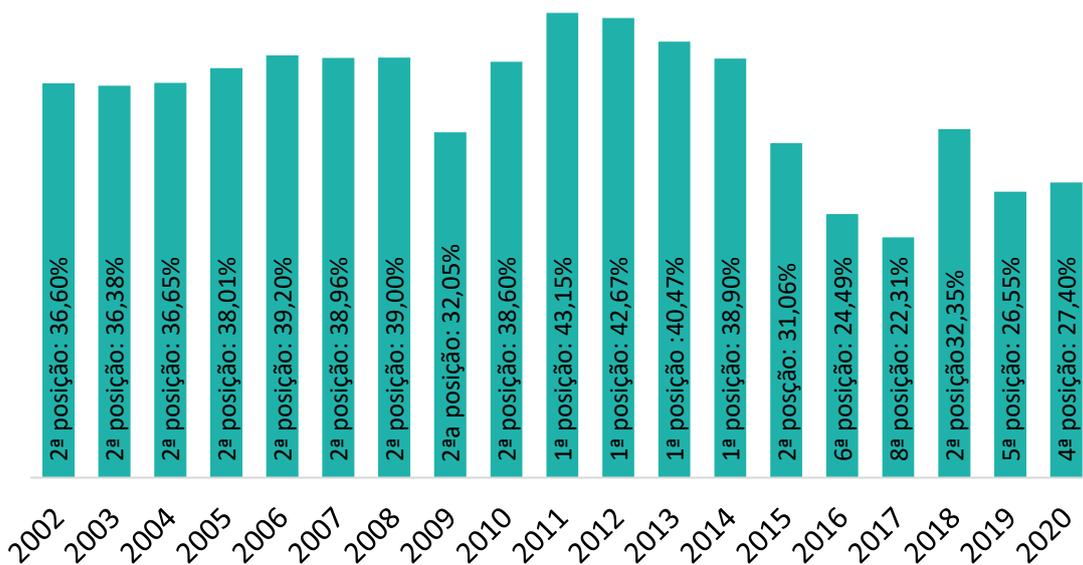
Fonte: ANP - Boletim Mensal de Produção, conforme o Decreto n.º 2.705/98. Elaboração IJSN.

Gráfico 19 - Índice da Indústria Extrativa – Brasil e Espírito Santo



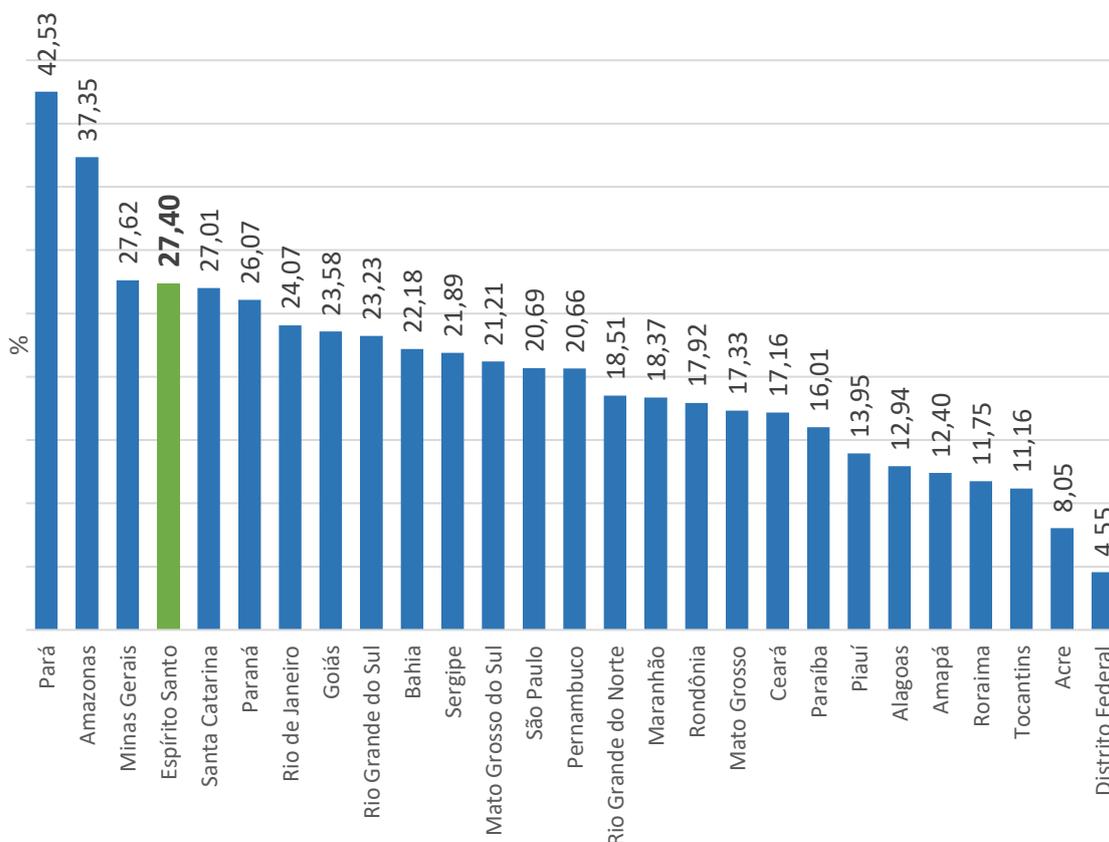
Fonte: IBGE/ Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF).
 Base: Número-índice (2012=100) média 12 meses. Elaboração IJSN.

Gráfico 20 - Participação do VAB da indústria no VAB total do Espírito Santo, colocação entre as UFs



Fonte: IBGE/IJSN. Elaboração IJSN.

Gráfico 21 - Participação do VAB da indústria no VAB total por UF - 2020

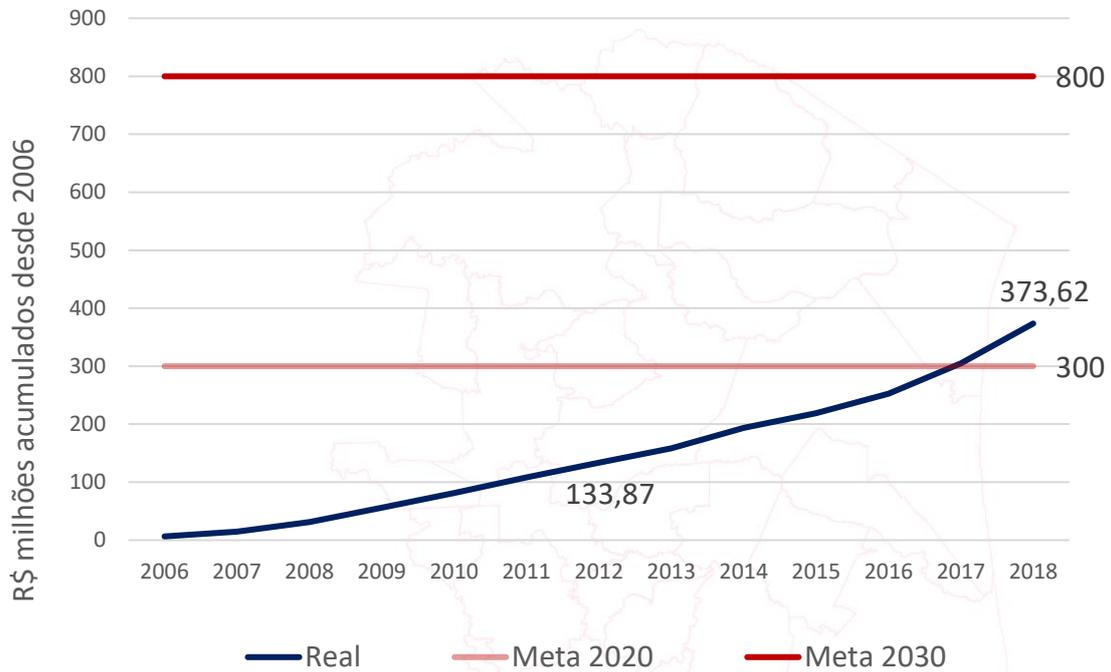


Fonte: IBGE/IJSN. Elaboração IJSN.

O quanto avançamos?

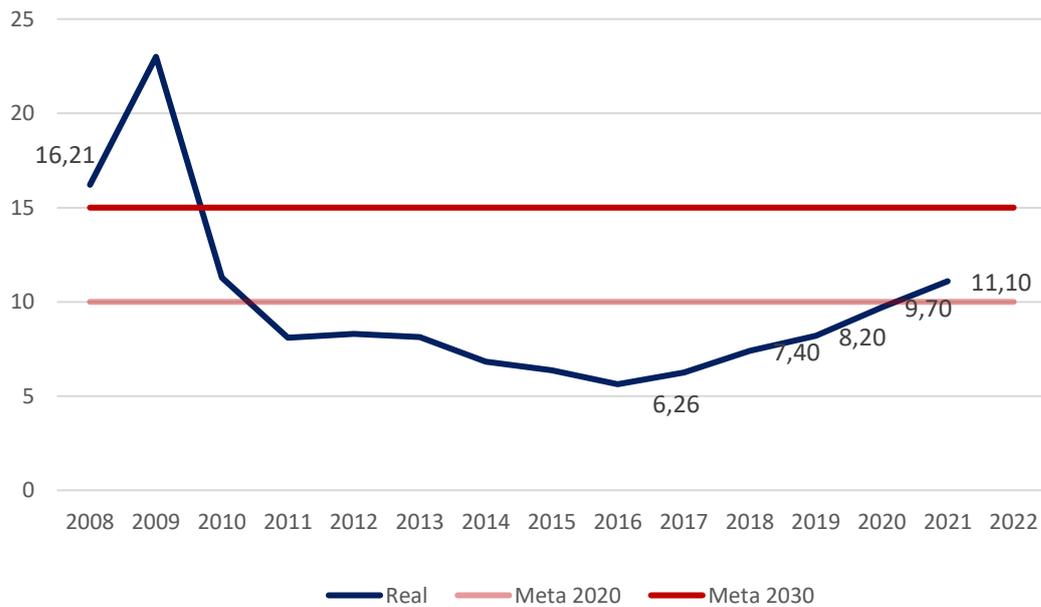
Visando contemplar tanto presente (petróleo e gás) como futuro (energias renováveis), o Plano ES 2030 propunha algumas ações como: financiar programas de PD&I em áreas de novas fontes energéticas, ampliar a captação dos dispêndios obrigatórios em P&D pelas concessionárias, atrair investimentos da Petrobras em PD&I, realizar estudos e pesquisas com foco na redução de custos e aumento da eficiência energética dos equipamentos existentes, consolidar instituição reguladora e fomentadora de pesquisa do setor de pesquisa estadual, realizar investimento-piloto para novas fontes renováveis, incentivar a revitalização dos campos terrestres, etc.

Gráfico 22 - Captação dos dispêndios obrigatórios em P&D pelo ES (milhões acumulados desde 2006)



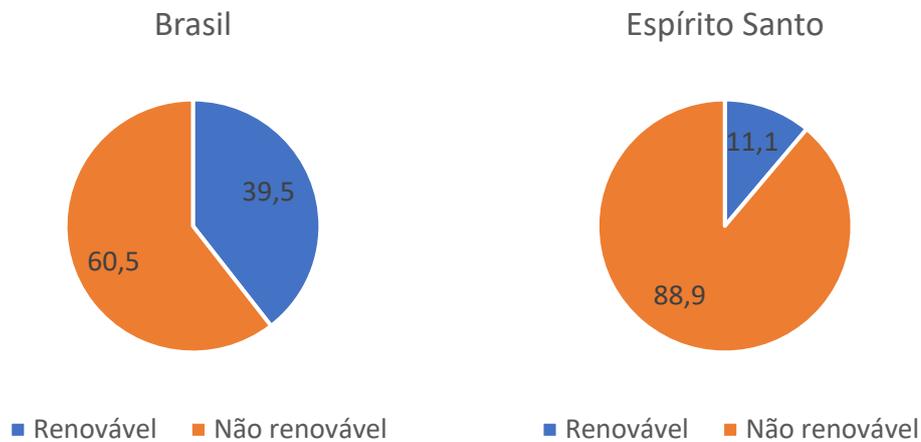
Fonte: MCTI. Elaboração IJSN.

Gráfico 23 - Participação de fontes de energias renováveis na matriz de produção de energia do ES (%)



Fonte: ARSP. Elaboração IJSN.

Gráfico 24 - Participação de fontes de energias renováveis na matriz de produção de energia (%)



Fonte: ARSP. Elaboração IJSN.

Eventos importantes ocorridos no período

A tendência de reversão do ciclo das commodities (queda de preços) que se inicia em 2011 e se intensifica no Brasil a partir de 2013 teve um impacto negativo na atração dos investimentos para a área de petróleo e gás prospectados no Plano ES 2030.

Contudo, a criação do Fundo Soberano ES pela Lei Complementar nº 914, de 17 de junho de 2019, representou um grande avanço na direção de uma gestão mais responsável e de longo prazo das receitas provenientes da exploração dos recursos de petróleo e gás natural do Estado, beneficiando as gerações atuais e futuras.

Para observar o impacto das estratégias implementadas pelo Plano ES 2030, foram estabelecidos dois indicadores: (i) captação dos dispêndios obrigatórios em P&D, (ii) participação de fontes de energia renováveis na matriz de produção do ES. Os resultados apontam para um atingimento pleno das metas para 2020 com destaque para a captação de recursos obrigatórios que, em 2018, já marcava um valor +24,54% superior à meta para 2020. Cabe destacar que, no tocante as energias renováveis, houve uma tendência de queda de sua participação até 2017 que foi revertida, possibilitando o atingimento da meta em 2021.

Quais os desafios futuros?

De acordo com a RedePetro ES, até 2027 o estado será alvo de investimentos de aproximadamente R\$ 8,8 bilhões, com destaque para o navio-plataforma Maria Quitéria.

A Petrobras também já manifestou interesse na criação de um parque eólico no ES, porém aguarda legislação. Ao mesmo tempo a Petrobras, no início de 2023 a Petrobras anunciou a ampliação de seu plano de negócio que vai impactar no aumento de cerca de 80% na produção de petróleo barril/dia no Espírito Santo nos próximos quatro anos, saindo de 155 mil barril/dia em 2022 para 275 mil barril/dia em 2026.

De forma complementar, nos últimos anos, a empresa vem buscando priorizar a prospecção, exploração e produção de petróleo offshore e colocando em prática o seu programa de desinvestimento em campos maduros onshore situados no norte do Espírito Santo. Essa estratégia abre espaço para que empresas como a Seacrest Petróleo realizem investimentos milionários, gerando oportunidades de emprego e renda.

Considerações:

Captação dos dispêndios obrigatórios em P&D – fonte desconhecida. É preciso definir melhor o indicador e a fonte.

Os valores do gráfico foram obtidos pela FAPES/ES. Precisam ser atualizados para período mais recente. Os valores são diferentes dos obtidos pela SECTI/ES, extraídos do relatório da PETROBRAS.

2.2.2 Ciência, Tecnologia e Inovação

Qual era o cenário à época?

A teoria dos estágios de desenvolvimento geradora do Índice de Competividade Global, do Fórum Econômico Mundial, estabelece o processo de desenvolvimento econômico como um processo dotado de três estágios. O primeiro enfatiza o emprego de recursos e mão de obra não qualificada em processos simples e produtos baseados em recursos naturais. O segundo envolve o ganho de eficiência nos processos de produção através

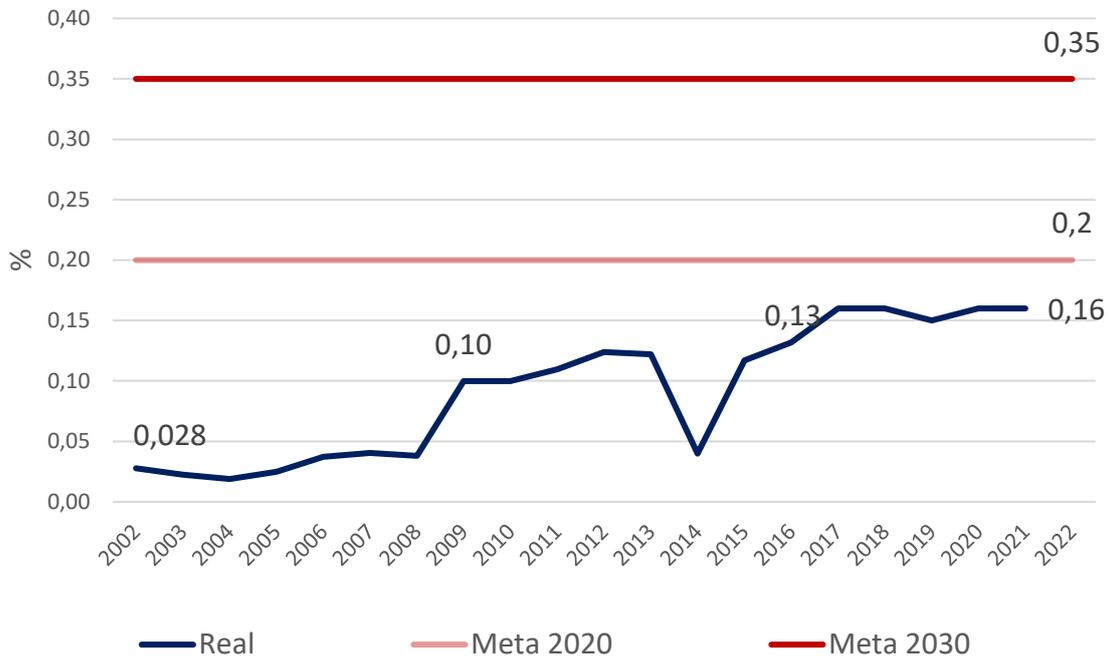
da qualificação da mão de obra e o emprego de tecnologias e processos mais eficientes e já existentes. O terceiro, por fim, envolve a criação de bases para que a própria dinâmica econômica local consiga, através do desenvolvimento científico e tecnológico, gerar inovações capazes de gerar vantagens competitivas para si.

Estando tanto o Brasil quanto o Espírito Santo consolidados no segundo estágio de desenvolvimento, o desafio para o Plano ES 2030 foi estabelecer os indicadores e metas para permitir uma transição da economia capixaba para o terceiro estágio. Para tal, o Plano ES 2030 se concentrou em dois pontos específicos: (i) qualificação da mão de obra através ampliação do acesso ao Ensino Superior e à pós-graduação em áreas tecnológicas, estímulo ao espírito inovador nos Ensinos Fundamental e Médio, ampliação do número de pesquisadores, etc.; (ii) aumento do investimento (proporcional ao PIB) em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) através do alinhamento da política estadual às potencialidades locais e tendências, estímulo da integração entre instituições de ensino superior e empresas capixabas, atração de centros de pesquisa e desenvolvimento de base setorial, como energia, metalomecânica, petróleo e gás, etc.

O quanto avançamos?

A comparação entre meta e resultados apontam para um atingimento parcial das metas. Por um lado, o indicador de qualificação da população superou a meta em mais de 1 ponto percentual em 2020, por outro a proporção de investimento em CT&I relativa ao PIB do Estado, apesar de um crescimento do 60% no período, não foi capaz de atingir sua meta para 2020. Vale ressaltar que durante a década de 2010 houve muitas intempéries nas indústrias extrativas capixabas (Mariana, Brumadinho, queda das commodities, etc.) que eram as principais indústrias às quais se objetivava a criação de centros de pesquisa no Estado.

Gráfico 25 - Investimento em CT&I relativos ao PIB do Espírito Santo

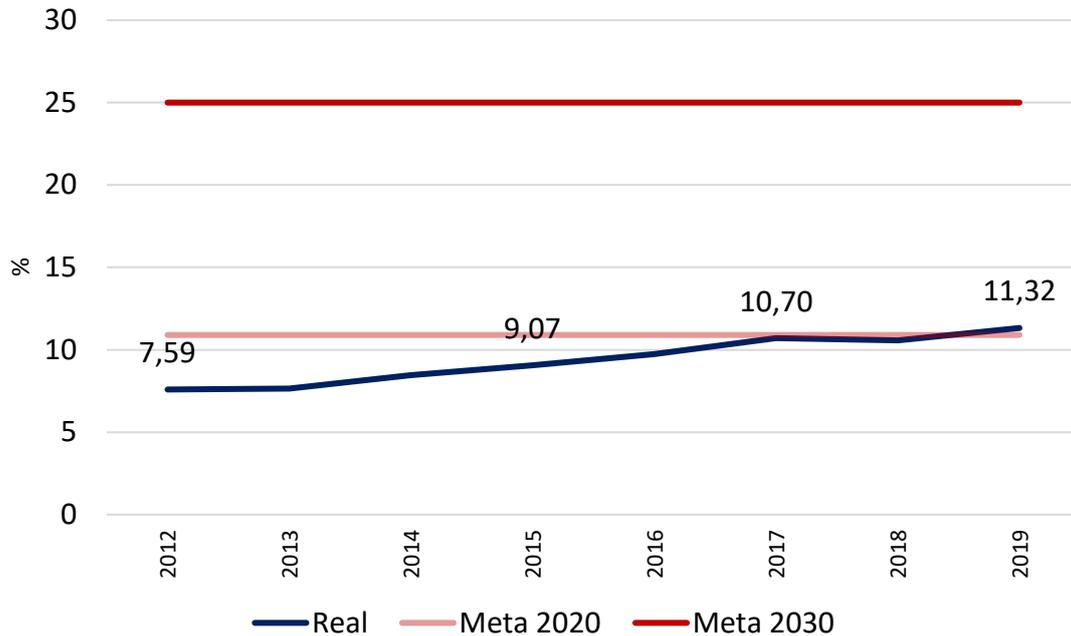


Fonte: MCTI/IJSN. Elaboração IJSN.

Eventos importantes ocorridos no período

Ao longo da década passada o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti), criou programas como o Qualificar ES, Nossa Bolsa e Bolsa Técnica, propiciando ao cidadão capixaba a oportunidade de qualificação através da oferta cursos de formação profissional que priorizavam grupos sociais vulneráveis (Qualificar ES) e acesso a bolsas de estudo para cursos técnicos (bolsa técnica) e superior (Nossa Bolsa). Cabe ressaltar a criação do Sistema UniversidadES em 2021 (Decreto Nº 5.009 de 11/11/2021) com o objetivo de reunir e organizar políticas públicas de Ensino Superior, Técnico, Profissional, Formação Continuada, Educação Financeira e Empreendedora, Pesquisa, Extensão e Inovação.

Gráfico 26 - População com Ensino Superior completo



Fonte: PNAD e PNADC – IBGE. Elaboração IJSN.

Quais os desafios futuros?

Para além do aumento da qualificação do capixaba, o governo vem adotando políticas públicas que estimulem o empreendedorismo como o Qualificar ES (formação profissional), cabendo especial destaque ao Programa SEEDES que busca atrair empresas startups para o Estado através do financiamento de seus projetos contanto que sejam desenvolvidos no Espírito Santo. O primeiro Edital (Edital FAPES 13/2022 – Programa SEEDES) do programa foi realizado em 2022 contemplando 30 projetos.

2.2.3 Infraestrutura, Logística e Comunicação

Qual era o cenário à época?

No início da década de 2010, quando foi elaborado o ES 2030, o país vivia momento de crescimento econômico e de recuperação dos efeitos da crise internacional de 2009. O ciclo de valorização das commodities e a descoberta do pré-sal impulsionavam o comércio exterior e a previsão de investimentos em infraestrutura. O Espírito Santo se beneficiava deste cenário em função da abertura econômica ao mercado externo e

atraia investimentos ligados sobretudo aos setores das indústrias de celulose, petróleo e gás. Esses setores demandavam investimentos na infraestrutura logística do estado, para melhorar a competitividade do setor de comércio exterior.

Durante esse período, o acesso à internet se massificou, principalmente a partir da utilização de celulares/smartphones, com a tecnologia da internet móvel. O telefone celular segue como o principal equipamento para acesso à internet no país. Entretanto, ainda existem muitas lacunas no acesso à internet no Espírito Santo e no Brasil como um todo, considerando a grande desigualdade social, econômica e espacial.

Na elaboração do ES 2030, discutia-se a integração do estado com o mundo, mas também a integração interna, tendo em vista as desigualdades nas condições de infraestrutura existentes entre suas microrregiões do Espírito Santo. Nesse sentido, a conexão física, a partir de suas rodovias, é fundamental para viabilizar a expansão e o adensamento econômico das cadeias produtivas. Além disso, o plano ES 2030 destacava a importância de ter todo o território do estado servido com acesso à internet de alta velocidade. A melhoria dessas infraestruturas é chave para garantir a competitividade do estado nacional e internacionalmente.

O quanto avançamos?

A infraestrutura ainda apresenta gargalos para o desenvolvimento do estado. Os investimentos na melhoria das rodovias que cortam o território do Espírito Santo foram prejudicados pelo cenário de crises que impactou a capacidade de investimentos do estado.

Em 2012 foi realizado o leilão de concessão do trecho capixaba da BR 101. Após 10 anos de contrato e com atrasos no cronograma de obras estabelecido, a concessionária anunciou o interesse em desistir da concessão em 2022. Em junho de 2023, o governo federal está analisando os caminhos para o futuro da BR 101, a saber, uma nova licitação ou uma repactuação com a concessionária. Essa é uma questão que está e aberto e impactará o futuro do desenvolvimento do ES.

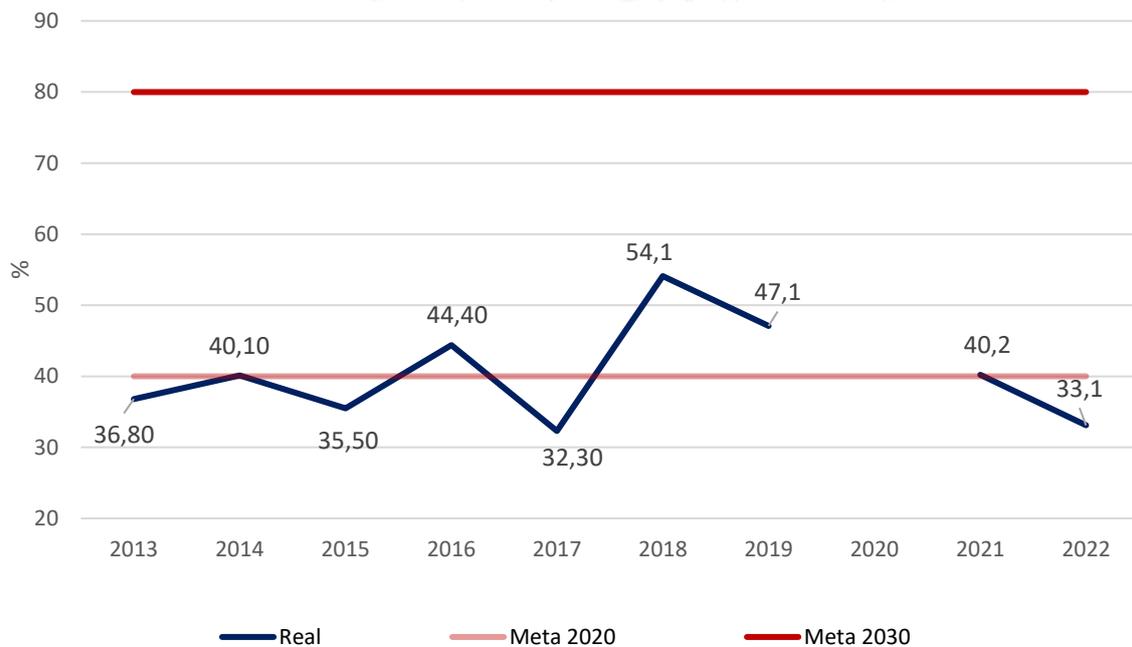
Outra rodovia federal importante para o sistema de transporte do estado, a BR 262, após fracassadas tentativas de concessão para a iniciativa privada, teve aprovado um

projeto de duplicação de um trecho de 180 km entre Viana e a divisa com Minas Gerais. A obra será realizada pelo governo federal e deve resolver em parte os problemas relacionados aos fluxos de cargas em direção aos portos capixabas, e de turistas para a região serrana.

Há ainda em andamento um estudo para a duplicação da BR 259 entre João Neiva e a divisa com Minas Gerais. O governo federal avalia o melhor modelo para a concessão da rodovia.

Houve uma reversão da tendência de melhora do estado geral das rodovias. A partir de 2019, nota-se uma tendência de piora deste indicador. Isso pode ter relação com a redução dos investimentos em infraestrutura ocorrido nos últimos anos. A redução da manutenção das rodovias existentes levou a uma piora do quadro geral. Como os dados consideram tanto as rodovias estaduais quanto as federais, evidencia-se a necessidade de um monitoramento específico para as rodovias sob jurisdição do estado do Espírito Santo.

Gráfico 27 - Avaliação do estado geral das rodovias capixabas



Fonte: CNT. Elaboração IJSN.

No âmbito estadual, o programa Caminhos do Campo proporcionou a melhoria da malha de estradas vicinais, que conectam as zonas rurais do estado aos núcleos urbanos e às rodovias, sendo importantes para o escoamento da produção agrícola capixaba. Foram executados mais de 1100 km de asfalto em 140 trechos.

Em relação aos demais modais de transporte, após anos de entrave judicial, a obra do novo terminal de passageiros do aeroporto de Vitória foi entregue em 2018, aumentando significativamente a capacidade do aeroporto para voos nacionais e internacionais.

O aeroporto de Linhares foi reinaugurado em abril de 2023 com a construção de um novo terminal de passageiros e a ampliação da pista. Já em Cachoeiro de Itapemirim, a expectativa é que a licitação para a ampliação do aeroporto regional aconteça ainda em 2023. A perspectiva de receber voos regulares deve impulsionar os negócios e o turismo nas regiões norte e sul do estado e são importantes para o desenvolvimento regional do Espírito Santo.

No setor portuário, os últimos anos foram marcados por importantes decisões que devem impactar o desenvolvimento do estado nos próximos anos. Em março de 2022 ocorreu a privatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), a primeira do setor portuário no país. Com a venda por R\$ 106 milhões e a previsão de novos investimentos privados no Porto de Vitória, a expectativa é que o volume de cargas movimentadas pelo porto aumente em 65% nos próximos anos.

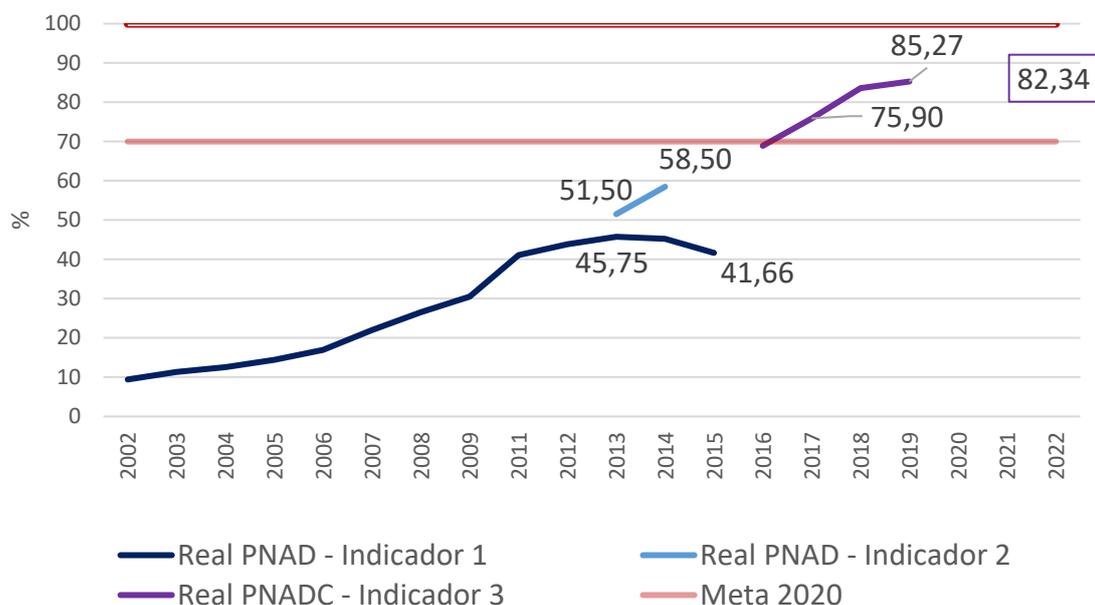
Em Aracruz, encontra-se em obras o Porto da Imetame que terá capacidade para receber navios de maior porte graças ao calado de 17 metros. O porto terá papel destacado já que está situado na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Aracruz, a primeira ZPE privada do país.

Outro projeto, o Porto Central em Presidente Kennedy, recebeu em maio de 2023 a licença de instalação assinada pelo Ibama. A previsão é que o complexo portuário tenha uma participação significativa do setor de energia, em particular com o aumento da produção de petróleo e gás, mas também de energias renováveis como solar e eólica, e ainda hidrogênio verde.

Em julho de 2023 a Vale anunciou o cronograma para a construção do trecho da EF 118 que ligará Santa Leopoldina a Anchieta, com um ramal para o Porto de Ubu. O projeto encontra-se na fase final dos estudos técnicos que subsidiarão o pedido de licenciamento ambiental, previsto para 2024. A ferrovia EF 118 conectará a Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM) aos portos do sul do estado, incluindo o Porto Central. O primeiro trecho, até Anchieta, custará R\$ 6 bilhões e sua conclusão está prevista para 2030. O segundo trecho, de Anchieta a Presidente Kennedy, deverá ser executado pelo governo do estado após a entrega do projeto básico elaborado pela Vale.

Considerando o indicador da PNAD “Percentual de Domicílios com Computador com Internet” (Indicador 1), série histórica 2002 a 2015, o aumento no Espírito Santo foi constante e bastante significativo até 2013, seguido de pequena queda até 2015. No entanto, considerando ainda outro indicador da PNAD utilizado – “Uso de internet nos domicílios” (Indicador 2), que é mais próximo do indicador atual adotado, houve aumento entre 2013 e 2014, passando de 51,5% para 58,5%. A partir de 2016, considerando a descontinuidade dos anteriores e utilizando-se outro indicador para a análise (Indicador 3) – percentual de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com acesso à internet (PNAD C), observou-se um aumento constante e significativo, atingindo 85,27% em 2019, ultrapassando de forma expressiva a meta estipulada para 2020 no ES 2030, que foi de 70%. Em 2022 houve uma pequena queda (82,34%), mas ainda assim muito acima da meta estipulada. Não houve publicação desta pesquisa em 2020 e 2021.

Gráfico 28 - Domicílios com acesso à internet



Fonte: PNAD e PNADC. * O indicador da PNAD C não foi publicado pelo IBGE para os anos 2020 e 2021.
Elaboração IJSN.

Eventos importantes ocorridos no período

A partir de 2013 iniciou-se um período de instabilidades que levou a uma deterioração do quadro político, econômico e social do país. A crise econômica levou à diminuição da capacidade de investimento do Estado em projetos de infraestrutura logística, o que atrasou o andamento de projetos que estavam em curso.

O marco legal da internet foi sancionado em 2014, por meio da Lei Nº 12.965. Em seu Art. 4º, estabelece que a disciplina do uso da internet no Brasil tem por objetivo a promoção: do direito de acesso à internet a todos; do acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos; da inovação e do fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso; e da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados. Recentemente, a pandemia do COVID evidenciou a importância da inclusão digital, visto que mudou, de forma definitiva, a realidade mundial e fez da comunicação online uma necessidade para serviços básicos de saúde, educação, dentre outros.

Quais os desafios futuros?

Em geral, é necessário investir em infraestrutura, buscando universalizar o acesso à internet e melhorar as condições de circulação de pessoas e mercadorias, aumentando a competitividade do estado. Especificamente quanto ao acesso à internet, o grande desafio é superar a desigualdade digital. A falta de acesso à internet de qualidade gera desigualdades na comunicação, na educação e nas oportunidades em geral. É necessário também melhorar a internet nas áreas rurais, buscando a equidade de acesso, com qualidade.

A retomada do setor de Petróleo e Gás demandará novos investimentos em infraestrutura e logística, e sobretudo articulação política para destravar os projetos de duplicação das rodovias federais que passam pelo estado. O possível aumento de receita com a retomada do setor de Petróleo deve aumentar a capacidade de investimento do estado na infraestrutura rodoviária estadual, assim como em outros modais de transporte.

O Programa Desenvolvimento Regional Sustentável, liderado pelo governo estadual, elaborado em 2019 para as microrregiões do estado, prevê em seu plano de ação, diversas ações para a melhoria de infraestrutura rodoviária e de comunicações que devem reduzir as desigualdades regionais e viabilizar uma melhor conexão física e virtual dentro do estado. Há ainda a previsão de construção de novas plataformas logísticas, portos, ferrovias e aeroportos regionais.

Considerações:

Acesso domiciliar à internet

Sugestão: alterar o nome do gráfico de “Domicílios com acesso à internet” para “Acesso à internet” ou “Acesso domiciliar à internet”, visto que, diferente dos Indicadores 1 e 2, o indicador da PNAD C se refere a percentual de PESSOAS residentes em domicílios com acesso à internet.

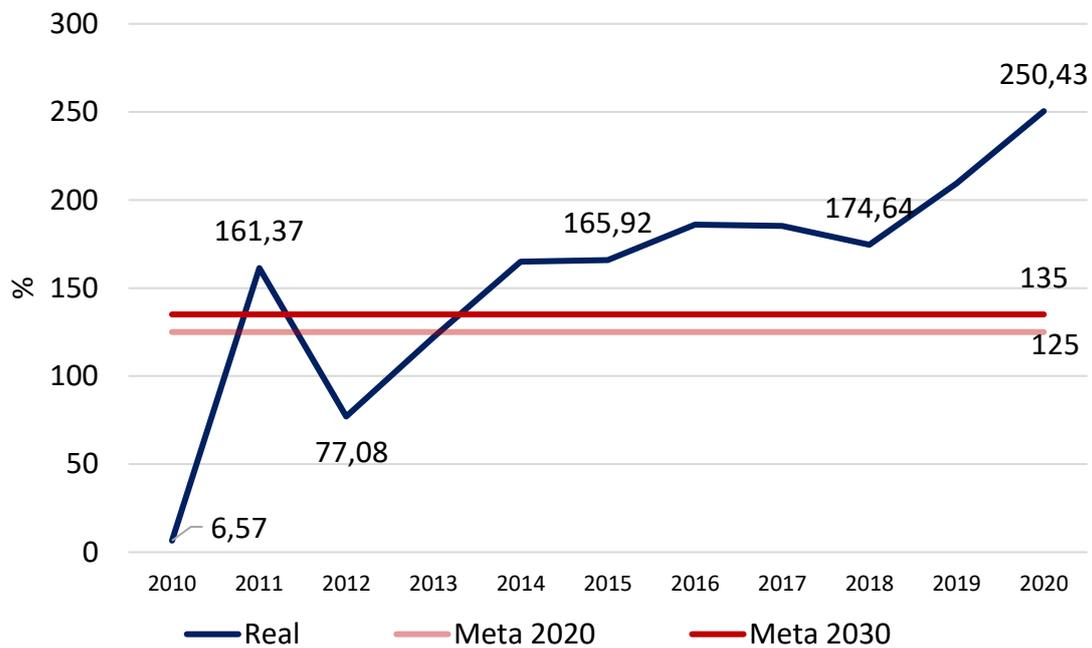
2.3 Oportunidades de negócios, trabalho e renda

2.3.1 Integração

Qual era o cenário à época?

O Plano ES 2030 previa o estreitamento das relações comerciais com seus estados vizinhos e mais próximos através de ações e intervenções objetivando, sobretudo, a criação de mecanismos e instrumentos que facilitassem a construção de estratégias de cooperação e parcerias com os estados vizinhos e com organismos internacionais. As metas estabelecidas se valeram da Balança Comercial Interestadual elaborada com base nos dados das Notas Fiscais Eletrônicas (NFe) depositados no “ambiente nacional” e possibilita a realização de estudos comparativos entre estados.

Gráfico 29 - Compras e vendas de mercadorias e serviços totais em relação ao PIB estadual

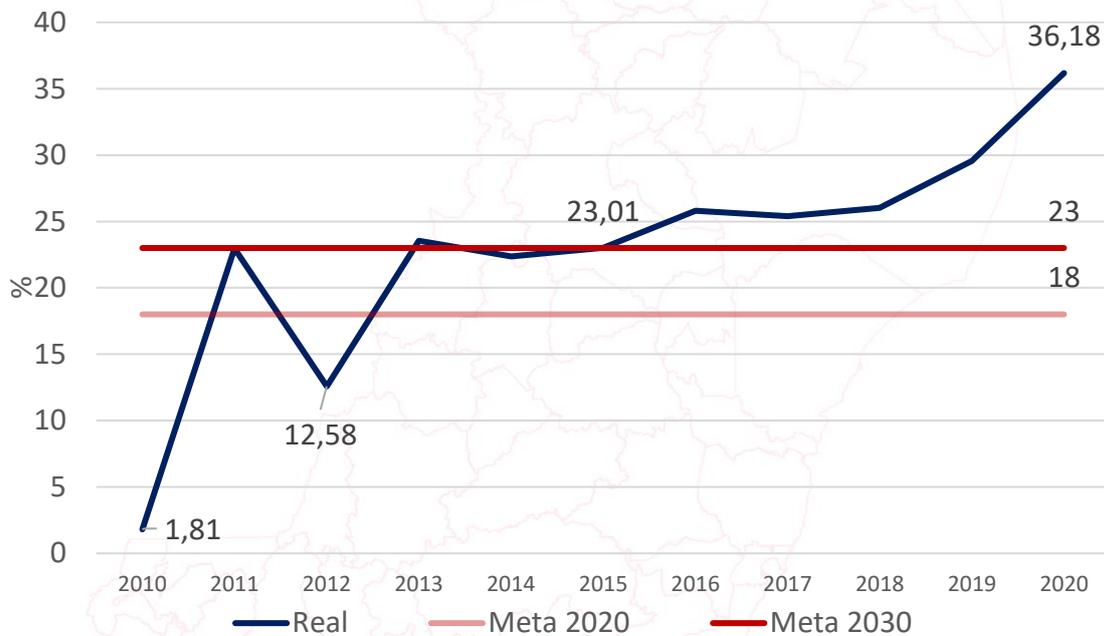


Fonte: Balança interestadual (CONFAZ) e IJSN. Elaboração IJSN.

O quanto avançamos?

Ao se comparar as metas traçadas pelo Plano ES 2030 com os dados de 2010 até 2020 constata-se que, ao final de 2015, as metas para 2030 já haviam sido superadas em todos os indicadores propostos, e continuaram seu ritmo de crescimento desde então. Cabe ressaltar que em 2020 os indicadores de compra e venda de mercadorias Total, do Sudeste, de Minas Gerais e do Nordeste foram responsáveis por uma participação em relação ao PIB capixaba +85,55%, +130,75%, +57,30%, + 53,20% maior do que as metas para 2030.

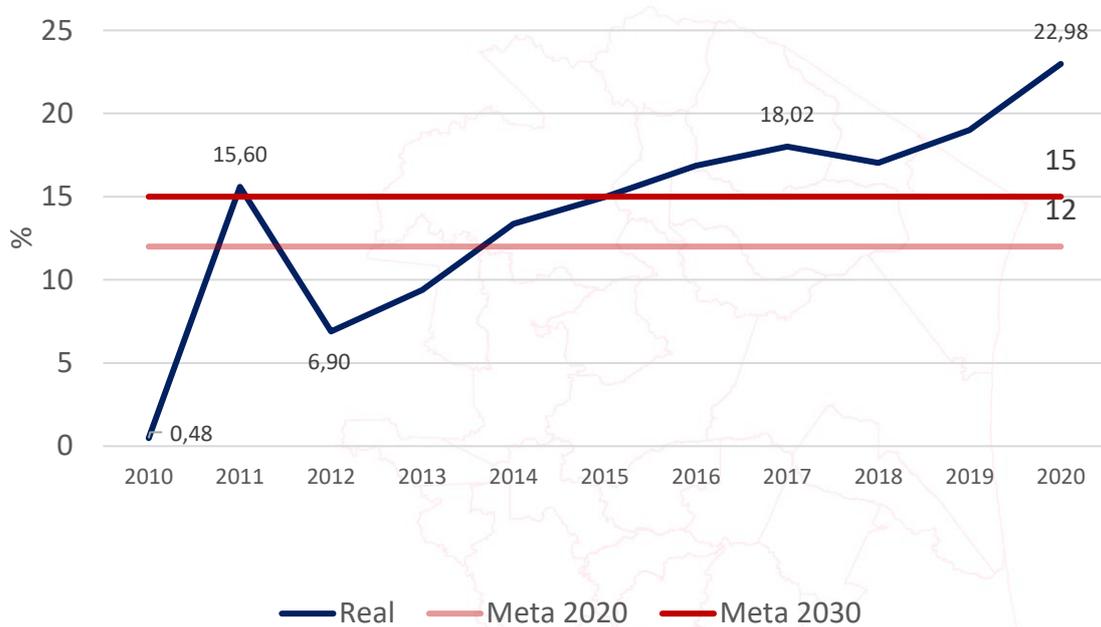
Gráfico 30 - Compras e vendas totais de mercadorias e serviços de Minas Gerais em relação ao PIB estadual



Fonte: Balança interestadual (CONFAZ) e IJSN. Elaboração IJSN.

Estes resultados apontam para um maior estreitamento das relações comerciais capixabas com os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, contrariando as expectativas de aumento de importância nas relações ES x MG durante este período. Vale reforçar que as relações comerciais ES x MG cresceram acima do esperado, embora esse crescimento tenha sido ofuscado pelos robustos resultados observados para os demais estados do Sudeste (RJ e SP).

Gráfico 31 - Compras e vendas totais de mercadorias e serviços do Nordeste em relação ao PIB estadual

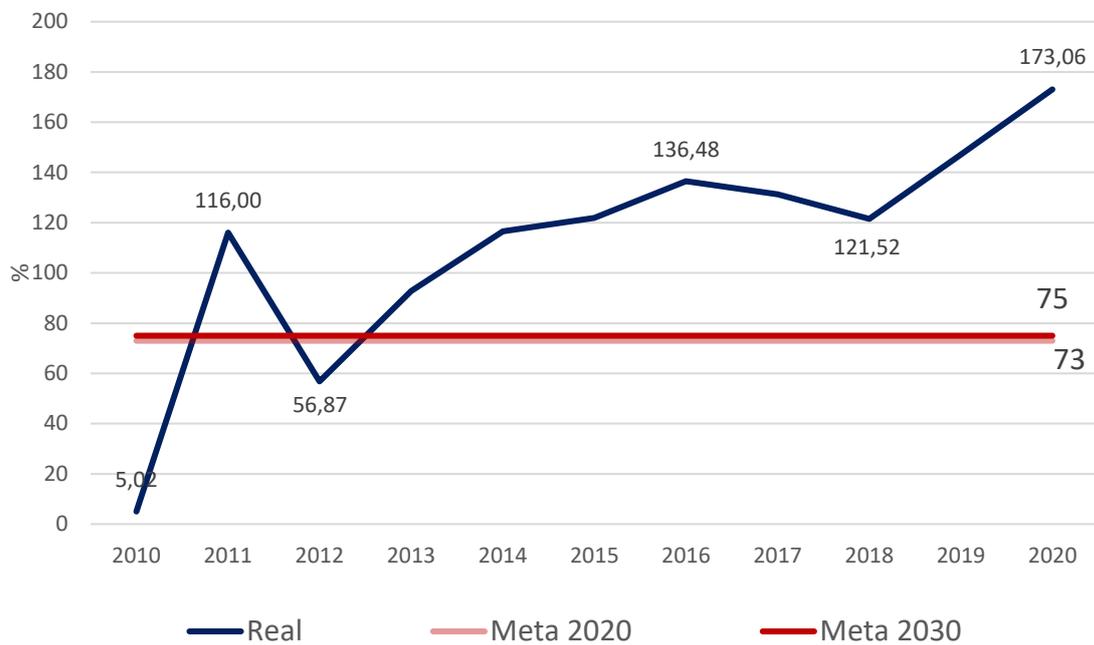


Fonte: Balança interestadual (CONFAZ) e IJSN. Elaboração IJSN.

Eventos importantes ocorridos no período

Em 05 de novembro de 2015, ocorreu o pior acidente da mineração brasileira no município de Mariana, em Minas Gerais. Este desastre ambiental foi responsável por grande dano na bacia do Rio Doce gerando impactos socioeconômicos consideráveis. Cabe destacar que esse desastre impactou diretamente as atividades da Samarco nos estados do ES e MG reduzindo a dinâmica de comércio entre ambos Estados. Após o desastre as atividades da empresa foram paralisadas, sendo gradualmente retomadas a partir de dezembro de 2020, após a Samarco ter efetuado mudanças no processo de armazenamento e confinamento dos rejeitos de minério. Conforme relatório empresarial e comunicado à imprensa (SAMARCO, 2020; AGÊNCIA BRASIL, 2020), a empresa retomou suas operações com apenas um concentrador, o que equivale a capacidade máxima de 26%, que será dobrada após seis anos com o segundo concentrador.

Gráfico 32 - Compras e vendas de mercadorias e serviços do Sudeste em relação ao PIB estadual



Fonte: Balança interestadual (CONFAZ) e IJSN. Elaboração IJSN.

Quais os desafios futuros?

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que foi aprovada pela Câmara dos deputados no dia 07 de julho de 2023 institui uma Reforma Tributária que visa simplificar impostos facilitando o ganho de eficiência das empresas. Embora ainda esteja em construção, é esperado que as relações entres os diferentes entes federativos deva sofrer alterações. Em específico, cabe destacar que a reforma deve extinguir os incentivos fiscais oferecidos pelo estado do ES a partir de 2032, retirando uma das principais estratégias utilizadas pela administração pública para atrair investimentos para o estado.

Alguns dos Incentivos Fiscais vigentes:

- . Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP) instituído pela Lei n.º 2.508/1970. A Resolução nº 13, de 2012 do Senado Federal reduziu de 12% para 4% a alíquota do ICMS, nas operações interestaduais com bens e serviços importados do exterior, com similar nacional, (https://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2011-2014/2012/Congresso/RSF-13-2012.htm)
- . Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo - INVEST-ES;
- . Contrato de Competitividade - COMPETE/ES. <https://transparencia.es.gov.br/comum/incentivosfiscais>

2.3.2 Economia Verde

Qual o cenário à época?

A crise de 2009 ficou conhecida como a "grande recessão". Começou nos Estados Unidos e foi causada pelo aumento nos créditos imobiliários, que não foi acompanhado por um aumento de renda da população (bolha imobiliária). Teve como marco a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, provocando a falência de muitas outras instituições financeiras em um "efeito dominó".

No início da década de 2010, quando foi elaborado o ES 2030, o país vivia momento de crescimento econômico e de recuperação dos efeitos da crise internacional de 2009. O ciclo de valorização das commodities e a descoberta do pré-sal impulsionavam o comércio exterior e a previsão de investimentos em infraestrutura. O Espírito Santo se beneficiava deste cenário em função da abertura econômica ao mercado externo e atraía investimentos ligados sobretudo aos setores das indústrias de celulose, petróleo e gás.

Ao mesmo tempo, o país assumia, nas Convenções Internacionais Sobre Mudanças Climáticas (COP), compromissos em reduzir as emissões de gases do efeito estufa e de redução do desmatamento da Amazônia. Isso trouxe impactos para as políticas de preservação estaduais, e incentivos para projetos de geração de energias renováveis.

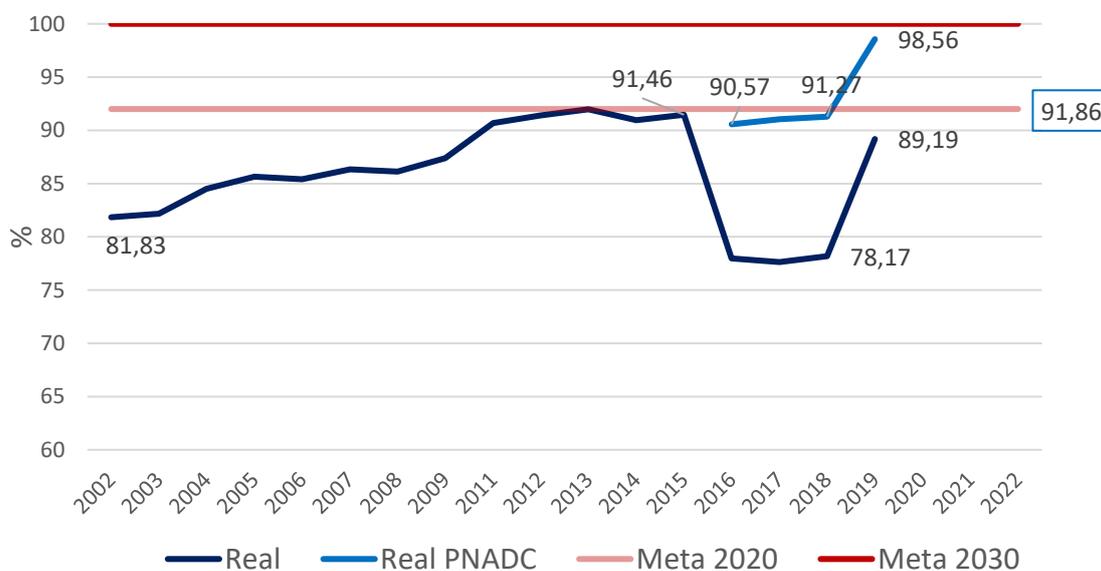
Na elaboração do ES 2030, destacou-se a importância das atividades ligadas à economia verde, e discutiu-se formas de consolidar o setor econômico de serviços ambientais, de incentivar a produção de energias renováveis, de estimular novas tecnologias para a eficiência energética, a reciclagem e o reaproveitamento de resíduos sólidos, de efetivar a gestão do uso, do controle e da preservação dos recursos hídricos, entre outras propostas.

Nesse contexto, foram definidos indicadores para monitorar a economia verde. Estes se relacionam tanto à responsabilidade e eficiência ambiental quanto ao desenvolvimento humano. Assim, os indicadores avaliam tanto o uso dos ativos ambientais quanto as condições e a qualidade de vida. Destacam-se, assim, os indicadores ligados ao saneamento básico, ao gerenciamento de recursos hídricos e a cobertura florestal.

O quanto avançamos?

Desde 2002 a proporção de domicílios com coleta de lixo adequada (PNAD) vem crescendo de forma constante no Espírito Santo, com algumas exceções no período, passando de 81,83% para 91,46% em pouco mais de uma década (em 2015). A partir de 2016, considerando a descontinuidade do anterior, e utilizando-se outro indicador para a análise (Real PNADC), – percentual de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com acesso à coleta de lixo direta ou indireta, observou-se um pequeno aumento anual até 2018. Entre 2018 e 2019 o aumento percentual foi mais significativo, alcançando 98,56%, muito próximo da universalização, o que fez o Estado superar a meta de 2020, proposta no ES 2030. Em 2022 esse percentual teve uma queda, registrando 91,86%. Não houve publicação da pesquisa em 2020 e 2021.

Gráfico 33 - Proporção de domicílios com coleta de lixo adequada

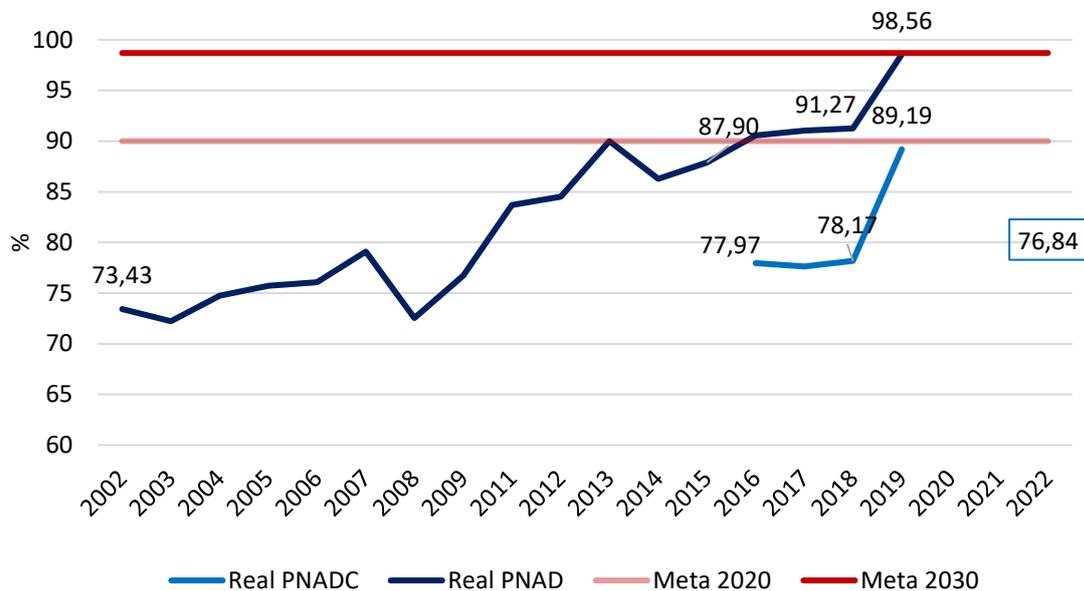


Fonte: PNAD e PNADC. * O indicador da PNAD C não foi publicado pelo IBGE para os anos 2020 e 2021. Elaboração IJSN.

De maneira geral, a partir de 2008 a proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado (Real PNAD) no Espírito Santo cresceu de forma significativa, atingindo 87,9% em 2015 (PNAD). A partir de 2016, considerando a descontinuidade do anterior e utilizando-se outro indicador para a análise – percentual de pessoas residentes em

domicílios particulares permanentes com acesso ao esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (Real PNADC), observou-se uma pequena queda entre 2016 e 2017, que até pode ser considerada uma estagnação (77,97% e 77,63%, respectivamente). Desde então houve um aumento percentual constante, sendo bastante significativo entre 2018 e 2019, passando de 78,17% para 89,19%, praticamente a meta estipulada para 2020 no ES 2030, que foi de 90%. Em 2022 esse percentual apresentou uma queda, registrando 76,84%.

Gráfico 34 - Acesso domiciliar ao esgotamento sanitário



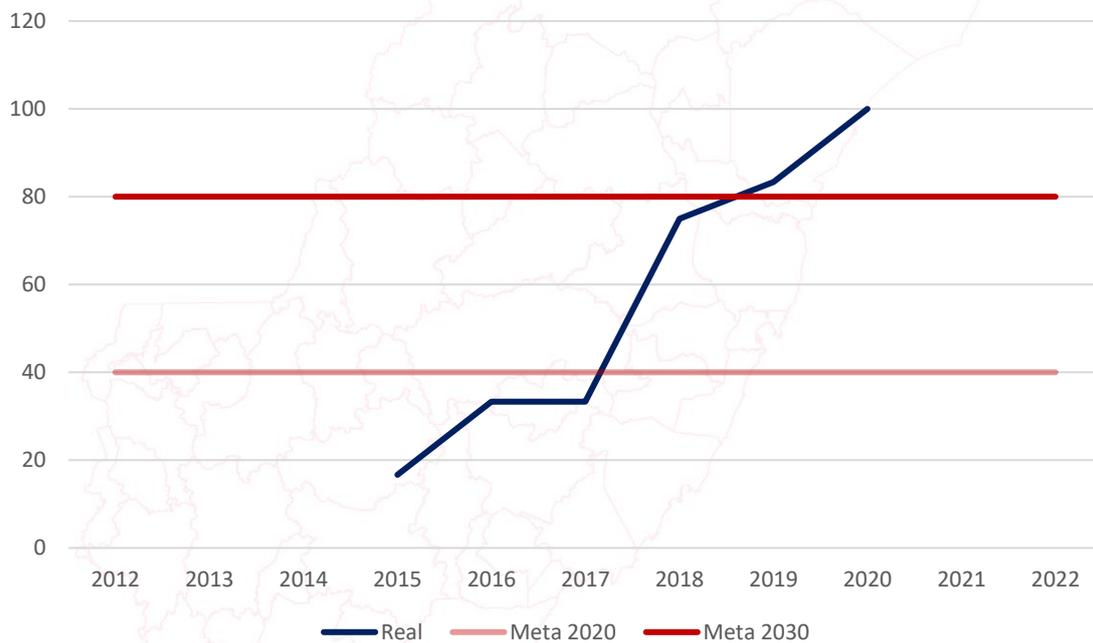
Fonte: PNAD e PNADC. * O indicador da PNADC não foi publicado pelo IBGE para os anos 2020 e 2021. Elaboração IJSN.

Em 2013, o Espírito Santo lançou o Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem que tem como meta promover uma gestão integrada sustentável das águas, solo e recursos através de intervenções nas áreas de recursos hídricos, drenagem, gestão de mananciais, recuperação da cobertura florestal, saneamento ambiental, gestão de riscos e prevenção de desastres. Dentro do programa Águas e Paisagem, o projeto Reflorestar tem o objetivo de recuperar a cobertura florestal nativa, sobretudo de Mata Atlântica, e de contribuir para a recuperação de nascentes e o aumento da produção de água nas bacias hidrográficas do estado.

Nesse contexto, a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH) finalizou em 2020 os planos de todas as bacias hidrográficas do estado, cumprindo a meta estabelecida pelo ES 2030 com 10 anos de antecedência. Esse marco é um avanço significativo rumo ao gerenciamento dos recursos hídricos do estado. Entretanto, entende-se que a gestão efetiva não pode ser mensurada pela simples existência do plano, o que evidencia a necessidade de outros indicadores para a implementação do Organismo Gestor, a Outorga de Direito de Uso da Água e a Fiscalização de Uso da Água, por exemplo.

O Programa Águas e Paisagens II, em construção, poderá avançar na direção da gestão efetiva dos recursos hídricos já que prevê ações relacionadas à melhoria da governança e do aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de recursos hídricos integrada com o fortalecimento do sistema de proteção e defesa civil para ampliar a capacidade de respostas, prevenção e defesa contra eventos hidrológicos críticos adversos.

Gráfico 35 - Gerenciamento de recursos hídricos - % de bacias hidrográficas com plano de bacia



Fonte: IJSN/AGERH. Elaboração IJSN.

Os dados do SOS Mata Atlântica indicam estabilidade na área de Mata Atlântica do Espírito Santo, cobrindo 10,5% do território do estado, sem conseguir atingir a meta do ES2030 para o ano 2020.

O Mapeamento de Uso e Cobertura do Solo, realizado pelo IJSN e SEAMA dentro de projeto de avaliação do Programa Reflorestar, indica percentual acima de 15% de Mata Nativa em 2008 e 2012, e leve variação positiva nos dados preliminares do mapeamento relativo ao ano 2020. Essa discrepância pode ser explicada pela diferença de metodologia dos estudos, já que o Mapeamento IJSN/SEAMA capta porções menores do território com cobertura de mata nativa. O mapeamento indica um aumento significativo da Mata Nativa em Estágio Inicial de Regeneração, 11,87% nas propriedades contempladas pelo Programa Reflorestar, em comparação com uma queda de 14% nas propriedades do grupo de controle. Esses dados indicam resultados positivos na recomposição da cobertura florestal que deve ser captada futuramente no percentual de Mata Nativa.

Entretanto, enquanto o relatório SOS Mata atlântica é publicado anualmente, o mapeamento IJSN/SEAMA não tem periodicidade definida. Como as metas do ES2030 foram estabelecidas em função dos dados do SOS Mata Atlântica, sugere-se a manutenção desta fonte como referência, ou a revisão das metas com base no mapeamento IJSN/SEAMA, evidenciando a necessidade de realização periódica de futuros mapeamentos.

Gráfico 36 - Cobertura (%) florestal da Mata Atlântica



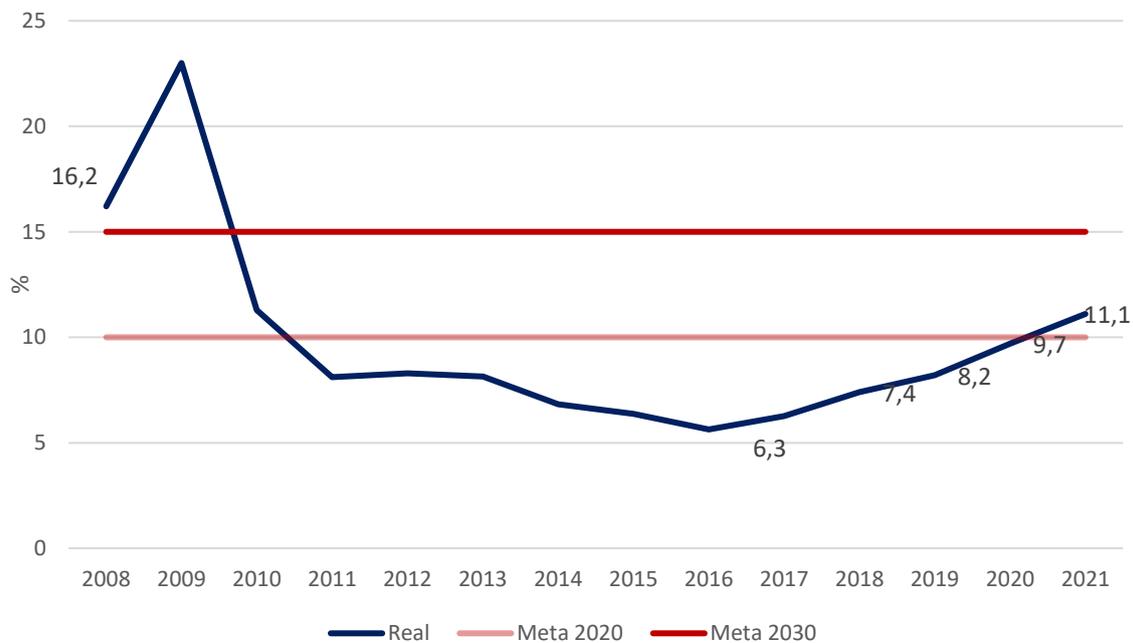
Fonte: SOS Mata Atlântica. Elaboração IJSN.

Apesar da tendência de alta na proporção de energias renováveis vista nos últimos anos, e de ter superado a meta estipulada pelo ES2030 para o ano 2020, o crescimento se deu

mais em função da redução da produção de petróleo e gás do que pelo aumento efetivo da produção por fontes renováveis. De 2016 a 2021, a produção de energias não renováveis sofreu redução de 24.268 mil tep para 12.862 mil tep, enquanto a produção de energias renováveis subiu de 1.444 mil tep para 1.612 mil tep. Esses números indicam que há muito espaço para avanço na produção de energias renováveis.

A comparação com o Brasil mostra que o estado ainda pode avançar na produção de energias renováveis. Enquanto o país produz 39,5% de sua energia a partir de fontes renováveis, o Espírito Santo produz 11,1%.

Gráfico 37 - Participação de fontes de energia renováveis na matriz de produção de energia do Espírito Santo



Fonte: ARSP/ES. Elaboração IJSN.

Eventos importantes ocorridos no período

O surgimento das legislações alavancou o saneamento no Brasil. Neste sentido, destaca-se a sanção da Lei N° 11.445/2007 – Política Nacional de Saneamento Básico, que representou um marco, estabelecendo as diretrizes nacionais para o saneamento básico e delegando aos municípios a titularidade dos serviços de saneamento, e cujos resultados foram sentidos nos anos posteriores.

Desde a sanção da Lei N° 11.445/2007, os municípios do Espírito Santo buscaram se adequar à legislação, com a elaboração de seus planos municipais de saneamento básico. Segundo pesquisa realizada pela Coordenação de Estudos Territoriais (CET) do IJSN, em outubro de 2022, todos os municípios do estado dispõem de planos, que é um instrumento básico no planejamento e gestão da política de saneamento. Em 2020 foi atualizado o marco legal do saneamento, com a Lei N° 14.026, visando aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país. Dentre as mudanças, está a de permitir que distintas formas de prestação dos serviços coexistam, inclusive retirando o limite para PPPs (parcerias público-privadas); além de estender a titularidade dos serviços públicos de saneamento ao Estado, em conjunto com os municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum. Diversas alterações significativas foram realizadas e seus efeitos precisam ser avaliados a longo prazo.

Em 2010, foi sancionada a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei N° 12.305, que dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos. A Política estabelece que sejam elaborados planos de gestão integrada de resíduos sólidos. A elaboração dos planos é condição para os Estados e municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito, ou mesmo fomento para tal finalidade. A mesma lei estabeleceu prazos para que os Estados e Municípios elaborassem seus planos. Esse contexto contribuiu para que o poder público incorporasse em sua atuação a gestão integrada e o gerenciamento de resíduos sólidos.

A partir de 2013 iniciou-se um período de instabilidades que levou a uma deterioração do quadro político, econômico e social do país. O período também foi marcado por uma crise hídrica, nacional e estadual, o que levou a intensificação dos esforços para a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos e para a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) e dos Planos de Bacias Hidrográficas.

Em 2015 foi assinado, nas Organizações das Nações Unidas (ONU), o pacto global com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), compondo uma agenda de 17 objetivos e 169 metas a serem desenvolvidas até 2030. Dentre os objetivos estão: fome zero e agricultura sustentável; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; ação contra a mudança global do clima. Estas se relacionam diretamente com os indicadores aqui analisados.



Por outro lado, a queda na atividade econômica do estado, sobretudo em função dos desastres de Mariana e Brumadinho, e mais recentemente a pandemia da Covid-19, diminuíram a capacidade de investimentos do Estado no período, prejudicando os projetos ligados à melhoria da infraestrutura e à produção de energias renováveis que estavam em andamento.

O que vem por aí?

Em linha com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), o governo estadual instituiu no ano de 2023 o Programa Capixaba de Mudanças Climáticas, com o objetivo de coordenar e integrar ações e políticas públicas que considerem tanto o crescimento econômico quanto a sustentabilidade ambiental.

Ressalta-se a construção do Pacto Capixaba pela Sustentabilidade que deverá ser apresentado na 28ª conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-28)⁷.

O aumento das preocupações com o desenvolvimento sustentável e a retomada da agenda ambiental no âmbito nacional tendem a favorecer os projetos em andamento no estado, como o Águas e Paisagem, o Reflorestar, e novos projetos de produção de energia limpa, como os planos para a geração de energia eólica offshore.

⁷ <https://seama.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-anuncia-entregas-na-area-ambiental-e-construcao-do-pacto-capixaba-pela-sustentabilidade>.

O governador do Estado, Renato Casagrande, foi eleito em 2023, o 1º presidente do Consórcio Brasil Verde, durante a primeira Assembleia Geral do Consórcio Interestadual sobre o Clima, dando início às atividades institucionais do maior consórcio para assuntos climáticos do hemisfério sul. O grupo é formado por 21 estados brasileiros signatários, sendo que 11 deles já ratificaram o Protocolo de Intenções por meio de leis aprovadas em suas respectivas Assembleias Legislativas – incluindo o Espírito Santo.

<https://www.es.gov.br/Noticia/governador-do-espirito-santo-e-eleito-primeiro-presidente-do-consorcio-brasil-verde>.

Quanto ao saneamento, o grande desafio que se impõe nos próximos anos é equalizar a desigualdade socioespacial no acesso aos serviços de saneamento. Além, é claro, de buscar a universalização, um dos princípios fundamentais estabelecidos na política nacional. É importante pensar o saneamento rural a partir de soluções inovadoras, que quase não são utilizadas. Sobre a coleta de lixo domiciliar, um próximo passo seria a ampliação e consolidação da coleta seletiva. Além disso, um desafio permanente é a educação e conscientização ambiental, considerando que a

realidade é bastante adversa, com o frequente descarte incorreto do lixo nos rios provocando diversos problemas urbano ambientais, como por exemplo as enchentes.

É importante ressaltar que os percentuais altos registrados nos indicadores de esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial nem sempre refletem a realidade. O que talvez possa ser explicado, apesar de haver disponibilização de rede, pela ausência de ligações intradomiciliares e pelas ligações clandestinas na rede de drenagem, o que reflete a falta de fiscalização. O Programa Águas e Paisagem tem atacado esse problema ao realizar as ligações domiciliares à rede de esgotamento sanitário. A possibilidade de adotar um novo indicador para ligações à rede deve ser considerada na revisão do ES 2030.

A retomada do poder de investimento do estado, com o protagonismo em ações para a mitigação das mudanças climáticas deve incentivar novos projetos para a geração de energias renováveis, preservação de gestão dos recursos hídricos e recuperação da cobertura florestal com vistas à segurança hídrica.

Além das iniciativas mencionadas, a busca por cidades sustentáveis está cada vez mais em evidência, impulsionada pelo crescente interesse em critérios ESG (Ambientais, Sociais e de Governança) por parte de investidores e da sociedade em geral. Assim, o

Bandes traz para o Espírito Santo o programa ES Inteligente. Com ele, a administração pública municipal ganha um parceiro na estruturação e desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica, modelagem licitatória e de assessoria integral para projetos de concessões públicas e parcerias público-privadas (PPP) nos municípios capixabas. A adoção de práticas sustentáveis nos municípios capixabas não apenas contribui para o cumprimento dos ODS, mas também fortalece a resiliência das comunidades frente a desafios ambientais e sociais. Cidades que investem em infraestrutura resiliente, gestão inteligente de resíduos e promoção de energias renováveis não apenas reduzem sua pegada ambiental, mas também atraem investimentos e talentos, estimulando um novo ciclo de desenvolvimento mais sustentável.

Considerações:

Acesso domiciliar à coleta de lixo

Sugestão: alterar o nome do gráfico de “Proporção de domicílios com coleta de lixo adequada” para “Acesso à coleta de lixo” ou “Acesso domiciliar à coleta de lixo”, visto que, diferente dos demais, o indicador da PNAD C se refere ao percentual de PESSOAS residentes em domicílios com acesso à coleta de lixo direta ou indireta.

Acesso domiciliar ao esgotamento sanitário

Sugestão: alterar o nome do gráfico de “Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado” para apenas “Acesso ao esgotamento sanitário” ou “Acesso domiciliar ao esgotamento sanitário”, visto que, diferente dos demais, o indicador da PNAD C se refere ao percentual de PESSOAS residentes em domicílios com acesso ao esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial.

Cobertura florestal da Mata Atlântica

Os dados provenientes do relatório anual do SOS Mata Atlântica apresentam discrepância em relação ao mapeamento realizado pelo IJSN/SEAMA e também em relação ao dado apresentado pelo Mapbiomas referente a área (ha) de cobertura e uso da terra por bioma e estado de 1985 a 2021.

Sugestão: Utilizar o dado do Mapbiomas para as classes: “Forest Formation, Savanna Formation, Magrove e Wooded Restinga”.

2.3.3 Inserção Competitiva

Qual era o cenário à época?

Em 2013, pensando na inserção competitiva do Espírito Santo nas cadeias produtivas mundiais, com ganhos de produtividade, objetivava-se ações voltadas a melhorias dos setores produtivos para maior agregação de valor e ampliação de seus produtos em novos mercados. Na época, ressaltou-se que as exportações capixabas eram dominadas por produtos básicos, que chegavam a responder por mais da metade do total exportado, que somados aos semimanufaturados, respondiam por 87,08%, contra 12,92% de manufaturados.



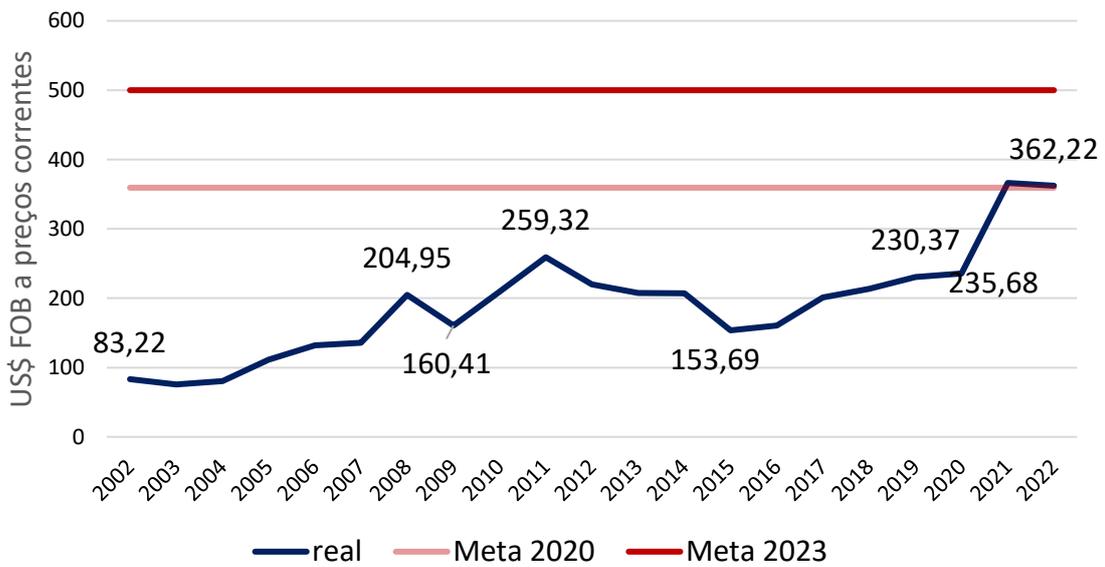
Fonte: MDIC/IJSN. Elaboração IJSN.

O quanto avançamos?

Em 2022 essa realidade não se apresenta muito diferente da observada em 2013, mesmo com o aumento da participação dos manufaturados para 25,23%. Quando à inserção em novos mercados, ressaltou-se, em 2013, o crescimento populacional da

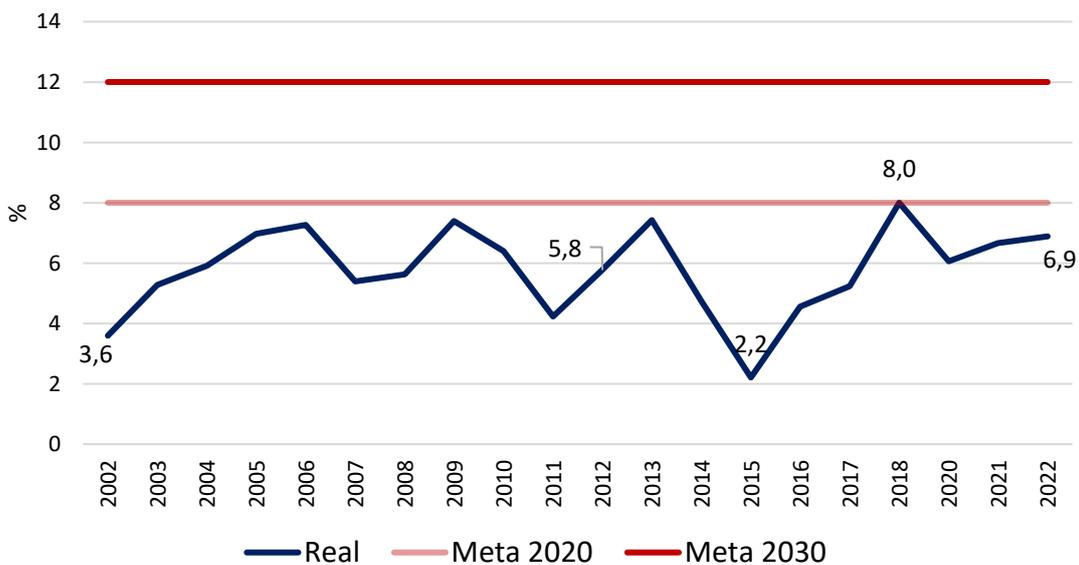
África, como potencial mercado para os produtos capixabas. A participação das exportações capixabas para a África, que era de 7,43% em 2013, no entanto, caiu para 6,89% em 2022. Vale destacar que ambas as metas concernindo o (i) valor por toneladas de exportação e (ii) porcentagem de produtos manufaturados na pauta de exportações, foram atingidas em 2020.

Gráfico 39 - Valor por tonelada das exportações capixabas



Fonte: MDIC/IJSN. Elaboração IJSN.

Gráfico 40 - Participação no valor total das exportações para o continente africano



Fonte: MDIC/IJSN. Elaboração IJSN.

Eventos importantes ocorridos no período

As retrações no PIB nos anos de 2015 (-14,92%) e 2016 (-15,10%), reflexo do desastre ocorrido em Mariana-MG, e a queda nos preços do petróleo, afetaram diretamente as exportações capixabas. A atividade econômica voltou a sofrer em 2019 influenciada pelo arrefecimento da atividade agropecuária e, sobretudo, pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro em Brumadinho-MG e em 2020 pela pandemia da Covid-19. Por outro lado, a desvalorização do Real conjuntamente ao início de um novo ciclo de valorização de commodities geraram efeitos positivos nas exportações.

Quais os desafios futuros?

A economia capixaba tem uma alta vocação para o comércio exterior, constatado pelo grau de abertura da economia, que busca captar a inserção de determinada economia local no mercado internacional, foi de 46,72% no primeiro trimestre de 2023 no Espírito Santo, enquanto no Brasil ficou em 27,68%, no mesmo período. No que tange a inserção competitiva do estado, deve-se destacar o acordo comercial que vem sendo negociado entre o Mercosul e a União Europeia pode aumentar o volume de exportações de produtos brasileiros para a Europa em função da diminuição de barreiras tarifárias. Estima-se que produtos primários como, carne de frango, carne suína, etanol e mel, estarão entre os mais beneficiados.

2.3.4 Rede de Desenvolvimento Regional

Qual era o cenário à época?

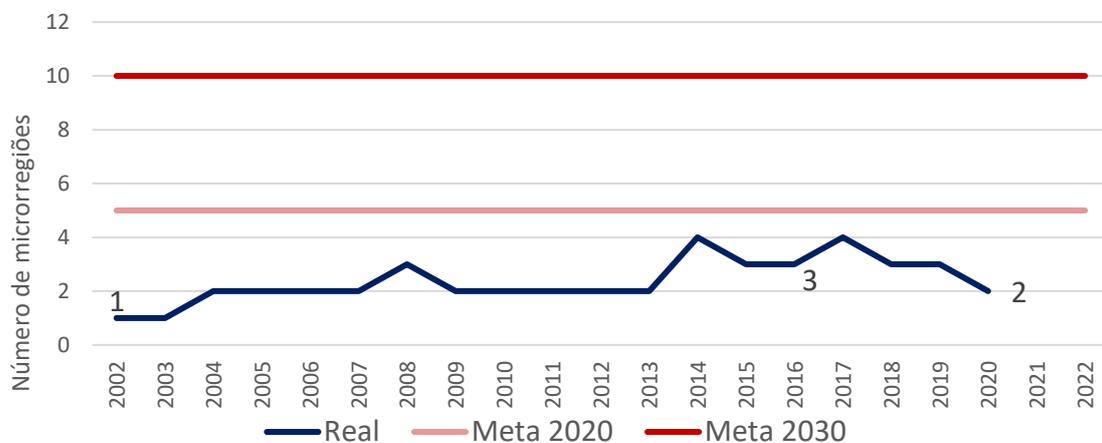
No quesito rede de desenvolvimento regional, o Plano ES 2030 tinha por objetivo estimular ações voltadas ao desenvolvimento regional por meio de organizações públicas e instituições privadas sempre tendo por norte as potencialidades locais de cada micro região, em consonância com a dinâmica engendrada a partir da metrópole. Entre as propostas de política previstas no plano é possível se observar uma predileção pelo desenvolvimento das atividades agropecuárias e de turismo, cabendo ressaltar: o estímulo a integração de redes de entidades sociais, instituições públicas e privadas em

busca de sinergia e desenvolvimento regional, a utilização renda proveniente das atividades de infraestrutura, petróleo e gás no estímulo do agroturismo e turismo ecológico, exploração negócios ligados a recursos naturais, investimento em políticas que favoreçam a permanência de jovens e mulheres no campo, apoio a educação no campo, favorecimento do associativismo e cooperativismo, atualização currículo das instituições de ensino agropecuário, qualificação empresários locais do setor de turismo, fortalecimento do turismo de negócios, etc.

O quanto avançamos?

O indicador participação do PIB da administração pública no PIB do setor de comércio e serviços inferior a 30% mensura o dinamismo das microrregiões capixabas por meio do tamanho da participação da administração pública no total das atividades terciárias. Entende-se que o atendimento das demandas microrregionais é fortalecido pela ampliação do comércio e serviços no setor terciário, proporcionando geração de renda e desenvolvimento do empreendedorismo. O plano Espírito Santo 2030 fixou como meta intermediária até 2020 obter cinco das dez microrregiões capixabas com participação da administração pública no setor terciário abaixo de 30%. Entretanto, ao longo da série analisada, esse número variou entre 1 e 3 microrregiões, atingindo a marca de 2 microrregiões em 2020.

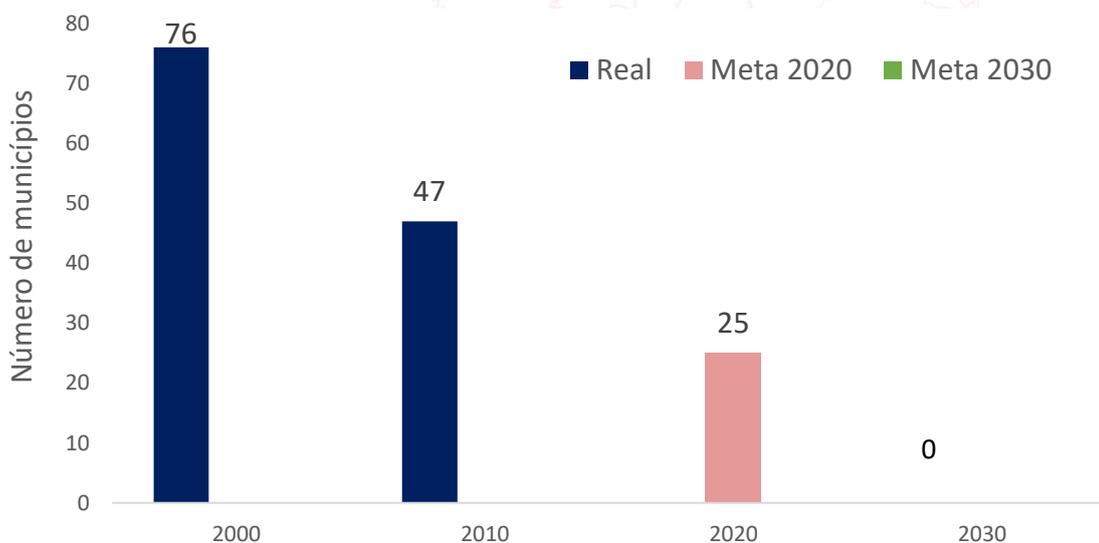
Gráfico 41 - Microrregiões com participação do PIB da administração pública no PIB do setor de comércio e serviços inferior a 30%



Fonte: IJSN. Elaboração IJSN.

Outro indicador importante utilizado pelo Plano ES 2030 para medir o avanço do desenvolvimento das várias regiões do Estado foi a contagem de municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior a 0,700. O IDH é um índice que varia de 0 a 1 e vem sendo utilizado pela ONU desde a década de 1990. Nele o desenvolvimento humano é medido não só por resultados econômicos, mas também pelo desempenho de uma região nas áreas de saúde e educação. Índices IDH acima de 0,700 representam desenvolvimento humano considerado alto, logo, a meta do Plano ES 2030 para 2020 era que no máximo 25 municípios do Estado ainda não tivessem atingido um IDH acima de 0,700 sendo 47 municípios em tal situação em 2010. Entretanto, a falta de dados atualizados impede a avaliação desse indicador.

Gráfico 42 - Municípios com IDH inferior a 0,7



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (IPEA/ PNUD/ Fundação João Pinheiro). Elaboração IJSN.

Os eventos econômicos negativos (desastres de Mariana e Brumadinho, pandemia da Covid-19, etc.) são os principais responsáveis pelo não atingimento da meta estipulada, uma vez que afetaram negativamente o desenvolvimento da atividade econômica durante a década de 2010, tornando algumas microrregiões ainda mais dependentes da administração pública como criadora de demanda para as atividades de comércio e serviços regionais.

Eventos importantes ocorridos no período

A partir de meados da década de 2010 uma série de eventos negativos relevantes dificultaram o desenvolvimento de atividades econômicas no estado do ES, em especial àquelas atividades ligadas à indústria extrativa e à agropecuária. O desastre ocorrido em Mariana e Brumadinho-MG, a queda nos preços do petróleo e a pandemia da Covid-19, afetaram diretamente as exportações capixabas.

Em busca de desenvolvimento de forma mais equitativa e da distribuição dos benefícios gerados por todo o território, o governo do estado regulamentou, no ano de 2020, a constituição dos Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável – CDRSs, órgãos colegiados de natureza consultiva e de participação social.

Em consonância, foi finalizado no ano de 2022, o projeto Desenvolvimento Regional Sustentável do Espírito Santo (DRS-ES), que – visando o crescimento de forma integrada, para além da região metropolitana – entregou para a sociedade o Diagnóstico das Microrregiões, documento que integrou informações dos eixos Território, Ambiental, Social, Econômico e Gestão Pública; o Índice de Desenvolvimento Regional Sustentável (IDRS), instrumento voltado ao planejamento de políticas públicas com foco na melhoria da qualidade de vida do cidadão e o Plano de Ação, que com base na transparência e no engajamento da coletividade local, pactuou ações e projetos visando a prosperidade das microrregiões do Estado, com respeito a suas vocações e potencialidades

Quais os desafios futuros?

Entre o período 2021-2026 a iniciativa privada e setor público já anunciaram investimentos que atingiram R\$ 50 bilhões no Espírito Santo. Esse montante encontrava-se distribuído nos 78 municípios capixabas, representados por 717 projetos com valor superior a R\$ 1,0 milhão, sendo a maior parte destes recursos destinadas ao setor industrial (93,7% do total), principalmente na área da construção (R\$ 29,3 bilhões). A indústria extrativa, por sua vez, reúne projetos orçados em cerca de R\$ 8,75 bilhões, enquanto os planos para o segmento de Transformação alcançam R\$ 7,6 bilhões.

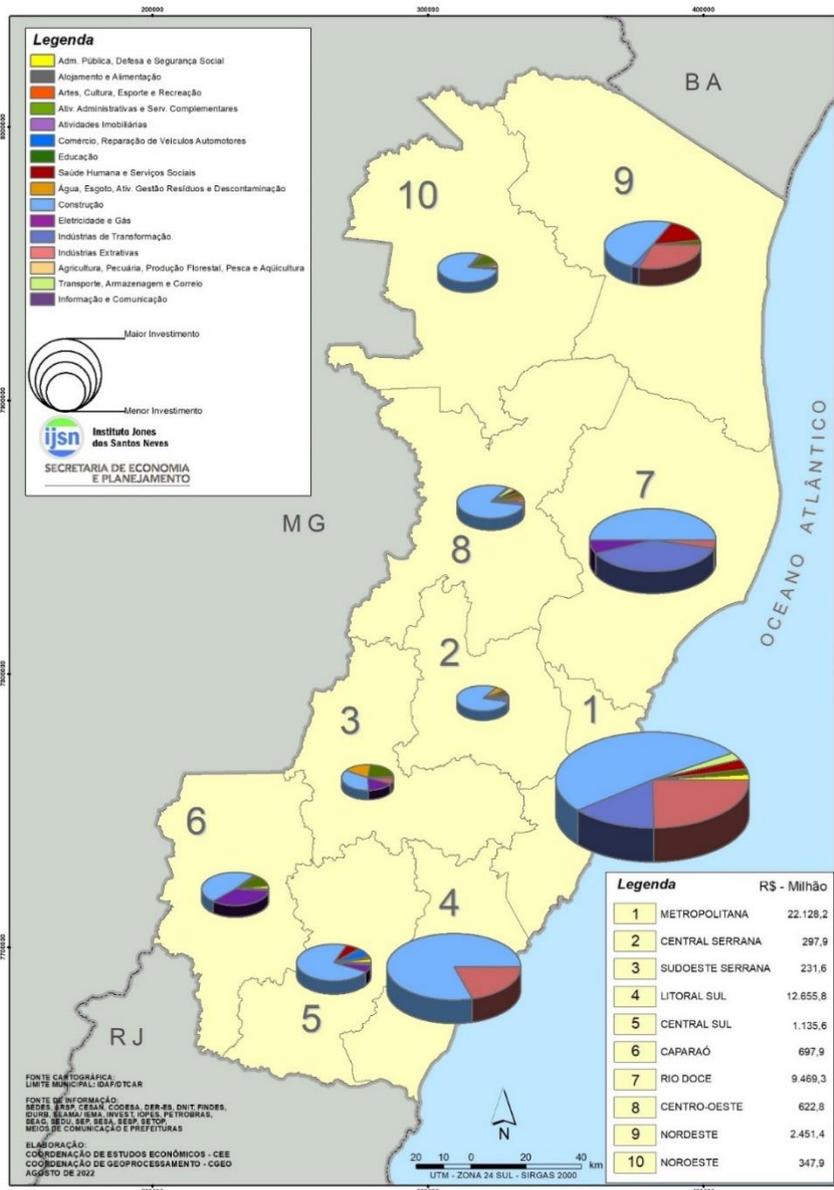
Cabe destacar que a maior parte desses investimentos estão ligados ao desenvolvimento de atividades extrativas, sendo as cidades de Linhares, Aracruz, Presidente

Kennedy e Anchieta os principais destinos de investimentos como: desenvolvimento do Novo Campo de Jubarte (Petrobrás), Construção de terminal portuário em Aracruz, Construção de navio sonda em Aracruz (Petrobrás), construção de porto-indústria em Presidente Kenedy, construção de Usina Termelétrica em Linhares, etc.

Considerações:

O gráfico com a quantidade de municípios com IDH inferior a 0,7 não está atualizado. Sugestão: Utilizar o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Mapa 1 - Volume de recursos e distribuição setorial, por microrregião - Espírito Santo, 2021-2026



Considerações finais

A análise situacional do ES 2030 buscou atualizar os caminhos percorridos pelo Espírito Santo, bem como apresentar os avanços alcançados e os desafios a serem superados na construção do próximo Plano: **ES 500 Anos**, que será construído no horizonte temporal de 2035, um ano de forte simbolismo para os capixabas.

Diversos percalços surgiram após a construção do Plano anterior, muitos deles com potencial negativo sobre o desenvolvimento econômico e social capixaba. A administração eficiente dos recursos públicos, permitiu ao governo do Estado alocar recursos destinados a investimentos em diversas áreas, proporcionando o alcance de várias metas estabelecidas.

De fato, nos últimos anos o estado do Espírito Santo tornou-se referência nacional em gestão e planejamento, com sua economia apresentando grande resiliência, resultado de planejamento e trabalho integrado de diversas secretarias estaduais. Temas como economia verde, economia do mar, economia do turismo, economia criativa, transformação digital, mudanças climáticas, transição para economia de baixo carbono, diversidade cultural, envelhecimento populacional, reforma tributária, cidades inteligentes, ESG (*Environmental, Social and Governance*), dentre outras temáticas, têm assumido cada vez mais importância na agenda pública contemporânea.

Nesse sentido, acreditamos que o trabalho conjunto e intersetorial realizado de forma integrada pelo poder público, setores produtivos e sociedade vai propiciar a construção do plano **ES 500 Anos**, um plano de Estado que apresenta como propósito central o desenvolvimento regional sustentável do Espírito Santo conectado com as tendências do século XXI.

Referências

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (ARSP). **Balanco Energético do Estado do Espírito Santo 2022**. Vitória: ARSP, 2022.

AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (AGERH). **Planos de Bacia Hidrográfica**. Disponível em: <<https://agerh.es.gov.br/>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS (ACA). **Índice de Transparência**. Disponível em: <<https://www.contasabertas.com.br/>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. **Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) / Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) / TABNET/ SESA**. Brasília, DF: MS, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **E-Gestor Atenção Básica: Informação e Gestão da Atenção Básica**. Brasília, DF: MS, 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTE (CNT). **Pesquisa CNT de Rodovias 2019**. Brasília: CNT: SEST SENAT, 2019.

_____. **Pesquisa CNT de Rodovias 2021**. Brasília: CNT: SEST SENAT, 2021.

_____. **Pesquisa CNT de Rodovias 2021**. Brasília: CNT: SEST SENAT, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNAD C**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) Trimestral: microdados do 2º, 3º e 4º trimestres**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-conti-nua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 10 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da População**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2018**. Brasília, DF: INEP, 2018.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): Resultados**. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 10 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb): Resultados**. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>. Acesso em: 10 jul. 2023.

LIRA, Pablo; MONTEIRO, Latussa. Vitória: transformações e permanências na (des)ordem urbana: o caso da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV. In: RIBEIRO, Luiz Cesar; RIBEIRO, Marcelo. **Metrópoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p. 311-341.

LIRA, Pablo; OLIVEIRA JUNIOR, Adilson; MONTEIRO, Latussa (Orgs.). **Metrópoles: território, coesão social e governança democrática. Vitória: transformação na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Atlas de Remanescentes Florestais da Mata Atlântica**. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/>. Acesso em: 01 ago. 2023.